



PSICOLOGIA ALÉM DOS MUROS **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DIREITOS HUMANOS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

ORGANIZADORES:

Elyoneida Maria de Moraes Ávila

Janete Valois Ferreira Serra

Luciane Fontinelle

Victoria Amorim da Silva





Expediente Faculdade Laboro

DIRETORA GERAL

Sueli Rosina Tonial Pistelli

DIRETORA ACADÊMICA

Emmanueli Iracema Farah

DIRETORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Geisyane Franco da Luz Teixeira

REVISÃO E EDIÇÃO

Bruna Rafaella Almeida da Costa

CONTEÚDO DE NORMAS TÉCNICAS E ACADÊMICAS

Claudionilson Gusmão Martins – CRB 13/1017

DIAGRAMAÇÃO

Pedro Henrique Macedo de Araujo

COMISSÃO EDITORIAL

Profa. Dra. Sueli Rosina Tonial Pistelli – Faculdade Laboro

Profa. Ma. Emmanueli Iracema Farah

Profa. Ma. Bruna Rafaella Almeida da Costa – Faculdade Laboro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Rosemary Lindholm

P974p

Psicologia além dos muros : extensão universitária, direitos humanos e transformação social / organização de Elyoneida Maria de Moraes Ávila... [et al.]. – São Luís : Editora Laboro, 2026.

76 p.

ISBN 978-65-89410-51-5

1. Psicologia social. 2. Direitos humanos. 3. Extensão universitária. 4. Vulnerabilidade social. I. Ávila, Elyoneida Maria de Moraes (Org.). II. Serra, Janete Valois Ferreira (Org.). III. Fontinelle, Luciane (Org.). IV. Silva, Victoria Amorim da (Org.). V. Título.

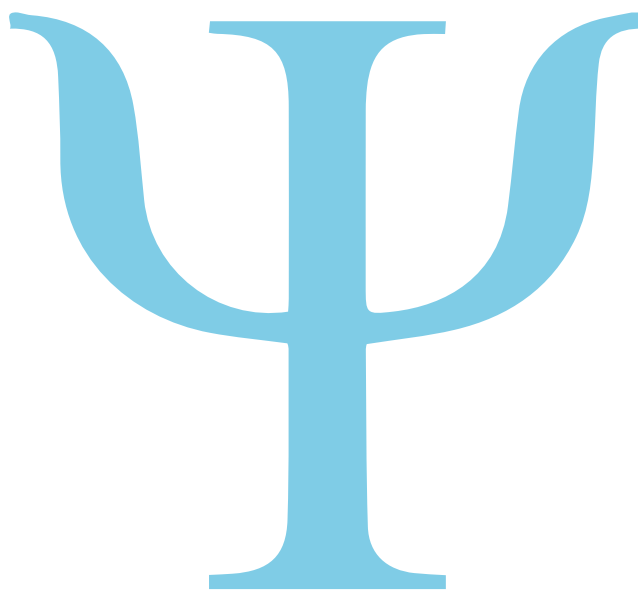
CDU:159.9:316

Elaborada pelo Bibliotecário Claudionilson Gusmão Martins - CRB-13/1017

EPÍGRAFE

“A educação não transforma o mundo.
A educação muda as pessoas.
As pessoas transformam o mundo.”

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas
na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”
Paulo Freire



Sumário

PREFÁCIO.....	6
CAPÍTULO I.....	8
CAPÍTULO II.....	14
CAPÍTULO III.....	31
CAPÍTULO IV.....	40
CAPÍTULO V.....	53
CAPÍTULO VI.....	68

PREFÁCIO

A EXTENSÃO COMO PULSAÇÃO DE VIDA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

É com o coração transbordando de alegria, orgulho e renovada esperança que apresento a toda a comunidade acadêmica e à sociedade este livro digital memorável. Como Diretora Geral da Faculdade Laboro e como alguém que dedicou toda a sua trajetória profissional e acadêmica à Saúde Pública, à Educação e à Gestão Social ver esta obra nascer é a materialização de um sonho acalentado com muito carinho desde o primeiro dia em que idealizamos e implantamos o Curso de Bacharelado em Psicologia na nossa amada instituição. Quando demos os primeiros passos na estruturação do curso de Psicologia na Faculdade Laboro, nosso objetivo nunca foi apenas formar técnicos proficientes ou teóricos ilustres. Queríamos — e estamos realizando — algo infinitamente maior: formar psicólogas e psicólogos com sensibilidade humana apurada, compromisso ético-político e coragem para atuar nos cenários onde a vida acontece em toda a sua complexidade, potência e vulnerabilidade.

Nesse sentido, a curricularização da extensão universitária, em estrita consonância com a Resolução CNE/CES n.º 7/2018 do Ministério da Educação (MEC), não representa para nós um mero cumprimento de exigência burocrática ou de carga horária. Ao contrário! Na Faculdade Laboro, a extensão é entendida como a verdadeira alma da formação universitária. Ela é a ponte viva que conecta as teorias aprendidas em sala de aula com os dilemas, as dores e as conquistas reais das nossas comunidades em São Luís, São José de Ribamar e em todo o estado do Maranhão. “A extensão universitária não é um apêndice da formação: é o espaço onde a ciência ganha rosto, onde o conhecimento científico se descalça para caminhar nos territórios e onde a escuta acolhedora se transforma em ferramenta de cidadania e emancipação.” Folhear os capítulos deste compêndio é testemunhar a beleza do encontro dialógico entre nossos estudantes e os territórios de vivência. Ver acadêmicos desde os períodos iniciais como o 3º e o 5º período ocupando com responsabilidade e afeto espaços como o Instituto Semeando Vida, o Colégio Maria José Aragão na Cidade Operária, a comunidade do Residencial Nova Terra e a Associação dos Amigos e Familiares das Crianças com Autismo (AMA) nos enche de orgulho institucional.

Cada artigo reunido nesta obra traz a essência de uma Psicologia Comunitária vibrante e comprometida: seja ao debruçar-se sobre o impacto da estrutura familiar e da vulnerabilidade na saúde mental de nossos adolescentes; seja ao levar oficinas sobre Direitos Humanos, cidadania e cultura de paz aos jovens; seja ao promover a gestão da informação como chave de acesso a serviços públicos de saúde e assistência; ou ainda ao lançar luzes sobre as urgências e a dignidade das populações em situação de rua e vulnerabilizadas.

Aos nossos estudantes extensionistas, deixo meu mais efusivo parabéns: vocês demonstraram que a Psicologia é, antes de tudo, uma ciência do afeto, do cuidado e da

transformação social. Aos nossos dedicados professores e orientadores, a minha profunda gratidão por conduzirem essa jornada com tanta maestria pedagógica e rigor ético.

Às comunidades, escolas e instituições parceiras que nos abriram suas portas e corações, nosso compromisso renovado de caminhar sempre juntos.

Convido cada leitora e cada leitor a mergulhar nas páginas que se seguem com o mesmo entusiasmo e leveza com que este material foi produzido. Que esta leitura inspire novas práticas, desperte novos olhares e reafirme o papel transformador da educação superior!

Com profundo orgulho e carinho,

Prof.a Dr.a Sueli Rosina Tonial Pistelli

*Diretora Geral da Faculdade Laboro. Doutora em Saúde da Mulher e da Criança (Fiocruz/RJ) | Mestra em Políticas Públicas (UFMA).
Fundadora do Instituto Laboro e da Editora Laboro | Ex-Secretária Estadual de Saúde do Maranhão e Ex-Secretária Municipal de Educação de São Luís*

CAPÍTULO I

A INFLUÊNCIA DA ESTRUTURA FAMILIAR E DA VULNERABILIDADE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL E NO DESENVOLVIMENTO DOS ADOLESCENTES

Bruna de Lourdes Aguiar
Ionilde Carneiro
Lionete Duarte
Marlucy Frazao dos Santos
Rosilene de Ananias
Rosangela Melo
Cláudia Waleska de Lima Barros
Elyoneida Maria de Moraes Ávila
Lorena Coutinho Lima
Luciane Fontinelle
Caroline França Madeira

Faculdade Laboro, MA

RESUMO

A adolescência é uma fase marcada por profundas transformações físicas, emocionais e sociais, tornando-se um período de grande vulnerabilidade para o desenvolvimento humano. Nesse contexto, fatores relacionados à estrutura familiar e às condições socioeconômicas exercem influência significativa sobre a saúde mental e o desempenho escolar dos adolescentes. O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos da vulnerabilidade social e da estrutura familiar na saúde mental e no desenvolvimento educacional de adolescentes inseridos em contexto escolar. A pesquisa foi desenvolvida por meio de observação participante, entrevistas com a gestão escolar e atividades educativas realizadas com estudantes de 12 a 14 anos. Os resultados evidenciaram que a fragilidade dos vínculos familiares, a ausência de acompanhamento dos responsáveis e as dificuldades socioeconômicas contribuem para o surgimento de problemas emocionais, comportamentais e de aprendizagem. Conclui-se que o fortalecimento da parceria entre família e escola, aliado ao acompanhamento psicológico, constitui estratégia fundamental para a promoção da saúde mental e do desenvolvimento integral dos adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência. Saúde mental. Vulnerabilidade social. Estrutura familiar. Desenvolvimento escolar.

1. INTRODUÇÃO

A adolescência representa uma etapa essencial do desenvolvimento humano, caracterizada por mudanças biológicas, psicológicas e sociais que influenciam diretamente a construção da identidade e das relações interpessoais. Durante esse período, o apoio familiar e social torna-se fundamental para o fortalecimento emocional e para o desenvolvimento saudável dos indivíduos. Entretanto, muitos adolescentes vivem em contextos marcados pela vulnerabilidade social, conflitos familiares e ausência de suporte emocional adequado. Essas condições podem impactar negativamente sua saúde mental, refletindo em dificuldades de aprendizagem, problemas comportamentais e comprometimento das relações sociais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), a saúde mental dos adolescentes constitui um dos principais desafios contemporâneos da saúde pública, sendo influenciada por fatores individuais, familiares e sociais. Nesse sentido, compreender a relação entre estrutura familiar, vulnerabilidade social e desenvolvimento adolescente torna-se indispensável para a elaboração de estratégias de intervenção e acolhimento no ambiente escolar. Diante dessa realidade, este estudo busca analisar como os fatores familiares e socioeconômicos influenciam a saúde mental e o desempenho escolar dos adolescentes. A família constitui o primeiro espaço de socialização do indivíduo, sendo responsável pela transmissão de valores, normas e comportamentos. Para Tiba (2007), a participação ativa da família no desenvolvimento dos filhos favorece a construção da autoestima, da responsabilidade e da segurança emocional.

Da mesma forma, Cury (2003) destaca que a ausência de diálogo e acompanhamento familiar pode contribuir para o surgimento de dificuldades emocionais, conflitos interpessoais e problemas de aprendizagem. Nesse contexto, o suporte familiar exerce papel fundamental na prevenção de transtornos emocionais e no fortalecimento da resiliência dos adolescentes. A vulnerabilidade social também se apresenta como fator determinante para o desenvolvimento humano. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar condições adequadas para o pleno desenvolvimento físico, mental, moral e social de crianças e adolescentes.

Freire (1996) ressalta que a educação deve considerar a realidade social dos estudantes, promovendo práticas pedagógicas capazes de acolher e transformar contextos marcados pela exclusão e pelas desigualdades sociais.

A influência da estrutura familiar na saúde mental dos adolescentes

A família desempenha papel fundamental na formação emocional dos adolescentes, constituindo-se como a principal rede de apoio durante o processo de desenvolvimento. Relações familiares baseadas no diálogo, no afeto e no acompanhamento das atividades

cotidianas favorecem a construção da autoestima e da segurança emocional. Segundo Tiba (2007), a presença ativa dos pais contribui para o desenvolvimento da responsabilidade, da autonomia e do equilíbrio emocional dos filhos. Em contrapartida, ambientes familiares marcados por conflitos constantes, negligência ou ausência de vínculos afetivos podem gerar sentimentos de insegurança, ansiedade e baixa autoestima. Além disso, Cury (2003) afirma que a falta de comunicação entre pais e filhos dificulta a identificação precoce de problemas emocionais, aumentando a vulnerabilidade dos adolescentes diante das pressões sociais e escolares. Dessa forma, o fortalecimento dos vínculos familiares torna-se um importante fator de proteção para a saúde mental e para o desenvolvimento saudável dos jovens.

Vulnerabilidade social e seus impactos no desenvolvimento adolescente

A vulnerabilidade social representa um conjunto de condições que limitam o acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde, lazer e segurança. Adolescentes inseridos em contextos de pobreza, violência e exclusão social enfrentam desafios que podem comprometer seu bem-estar psicológico e seu desempenho acadêmico. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), fatores socioeconômicos desfavoráveis estão diretamente relacionados ao aumento dos índices de sofrimento psíquico entre adolescentes. Nesse contexto, a exposição constante a situações de risco pode favorecer o surgimento de sintomas de ansiedade, depressão e dificuldades de socialização. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) destaca que é responsabilidade conjunta da família, da sociedade e do Estado garantir condições adequadas para o pleno desenvolvimento dos jovens. Portanto, políticas públicas voltadas à inclusão social e à proteção da infância e da adolescência são essenciais para reduzir os impactos das desigualdades sociais.

O papel da escola no acolhimento e na promoção da saúde mental

A escola constitui um espaço privilegiado para a identificação de dificuldades emocionais e para a promoção do desenvolvimento integral dos adolescentes. Por meio de práticas pedagógicas inclusivas e acolhedoras, a instituição escolar pode contribuir para o fortalecimento das competências socioemocionais e para a construção de relações saudáveis. Freire (1996) ressalta que a educação deve considerar a realidade social dos estudantes, valorizando suas experiências e promovendo oportunidades de transformação social. Além do processo de ensino-aprendizagem, a escola pode atuar como um ambiente de apoio e proteção, oferecendo escuta, orientação e encaminhamento quando necessário. A parceria entre escola, família e comunidade fortalece as ações de prevenção e promoção da saúde mental, possibilitando um atendimento mais amplo às necessidades dos adolescentes. Assim, o ambiente escolar torna-se um importante agente de desenvolvimento humano e

inclusão social.

A importância das redes de apoio na adolescência

Além da família e da escola, outros espaços de convivência exercem influência significativa no desenvolvimento dos adolescentes. Amigos, grupos comunitários, instituições religiosas, projetos sociais e serviços de saúde podem funcionar como importantes redes de apoio, oferecendo acolhimento, orientação e oportunidades de desenvolvimento pessoal. Essas redes contribuem para o fortalecimento dos vínculos sociais e para a construção do sentimento de pertencimento, aspecto essencial durante a adolescência. De acordo com Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações estabelecidas entre o indivíduo e os diferentes ambientes nos quais está inserido. Dessa forma, quanto mais positivas forem essas relações, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento saudável. A presença de adultos de referência e de grupos de apoio pode auxiliar os adolescentes na superação de dificuldades emocionais, sociais e acadêmicas, reduzindo fatores de risco e fortalecendo fatores de proteção.

Além disso, as redes de apoio favorecem a identificação precoce de situações de vulnerabilidade, possibilitando intervenções que contribuam para a promoção da saúde mental e para a garantia dos direitos dos adolescentes.

Estratégias para a promoção da saúde mental na adolescência

Diante do aumento dos casos de sofrimento psíquico entre adolescentes, torna-se fundamental a implementação de estratégias voltadas à promoção da saúde mental e à prevenção de transtornos emocionais. Essas ações devem envolver diferentes setores da sociedade, considerando a complexidade dos fatores que influenciam o desenvolvimento juvenil. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), a promoção da saúde mental deve priorizar ambientes seguros, relações interpessoais saudáveis e oportunidades de participação social. Nesse contexto, ações educativas que abordem temas como autocuidado, inteligência emocional, resolução de conflitos e prevenção da violência podem contribuir significativamente para o bem-estar dos adolescentes.

No ambiente escolar, programas de apoio psicopedagógico, acompanhamento emocional e atividades voltadas ao desenvolvimento das competências socioemocionais favorecem a construção de relações mais saudáveis e o fortalecimento da autoestima. Da mesma forma, a participação ativa da família no acompanhamento da vida escolar

e emocional dos jovens fortalece os vínculos afetivos e contribui para a prevenção de problemas emocionais. Portanto, a promoção da saúde mental na adolescência requer um trabalho integrado entre família, escola, profissionais da saúde e sociedade, visando garantir condições adequadas para o desenvolvimento pleno dos indivíduos.

Desafios contemporâneos para a saúde mental dos adolescentes

A sociedade contemporânea apresenta novos desafios que impactam diretamente a saúde mental dos adolescentes. O avanço das tecnologias digitais e o uso intenso das redes sociais têm modificado as formas de interação social, trazendo benefícios, mas também riscos relacionados à exposição excessiva, ao cyberbullying e à comparação constante com padrões muitas vezes inalcançáveis.

Conforme destaca Bauman (2007), as relações sociais na modernidade tornam-se cada vez mais frágeis e instáveis, influenciando a construção da identidade e o sentimento de pertencimento dos jovens. Nesse cenário, muitos adolescentes enfrentam dificuldades para lidar com pressões relacionadas à aparência física, desempenho escolar e aceitação social. Além disso, problemas como violência, desigualdade social e insegurança econômica continuam afetando significativamente o cotidiano de muitos jovens, ampliando situações de estresse e sofrimento emocional. Diante desses desafios, torna-se imprescindível fortalecer políticas públicas, ampliar o acesso aos serviços de saúde mental e promover ações educativas que incentivem o uso consciente das tecnologias e o desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis. Dessa forma, compreender os desafios contemporâneos enfrentados pelos adolescentes é essencial para a construção de estratégias eficazes de prevenção, acolhimento e promoção da saúde mental.

CONCLUSÃO

O estudo permitiu compreender que a vulnerabilidade social e a fragilidade da estrutura familiar exercem influência significativa sobre a saúde mental e o desenvolvimento escolar dos adolescentes. Fatores como conflitos familiares, ausência de acompanhamento parental, dificuldades econômicas e fragilidade dos vínculos afetivos contribuem para o surgimento de problemas emocionais e comportamentais que interferem diretamente no processo de aprendizagem. Dessa forma, torna-se fundamental fortalecer as ações de acolhimento psicológico no ambiente escolar, promover a participação ativa das famílias na vida escolar dos estudantes e desenvolver estratégias intersetoriais voltadas à proteção integral dos adolescentes. Conclui-se que a construção de redes de apoio entre escola,

família e comunidade representa um caminho essencial para a promoção da saúde mental e do desenvolvimento saudável dos jovens.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde mental dos adolescentes**. Genebra: OMS, 2021.

TIBA, Içami. **Adolescência: o despertar do amor e da responsabilidade**. São Paulo: Integrare Editora, 2007.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DE ADOLESCENTES: contribuições de uma experiência extensionista em contexto de vulnerabilidade social

Alienny Mendonça Chaves
Dagmar Cristina T. Dos Santos
Erika Dos Santos Garcez
Maria Leda Memoria Dias
Marjorie Kailanny Silva Nunes Cardoso
Nalizandra Fraiane Corrêa Barros
Cláudia Waleska de Lima Barros
Elyoneida Maria de Moraes Ávila
Lorena Coutinho Lima
Victoria Amorim da Silva
Caroline França Madeira

Faculdade Laboro, MA

RESUMO

O presente artigo analisa uma experiência extensionista desenvolvida por acadêmicos do 5º Período do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade LABORO junto ao Instituto Semeando Vida, em São Luís (MA), entre os meses de abril e maio de 2026. A ação teve como objetivo promover reflexões sobre Direitos Humanos, cidadania, inclusão social e convivência democrática entre adolescentes residentes em contextos de vulnerabilidade social. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como um relato de experiência de natureza qualitativa, fundamentado na observação das atividades realizadas, nos registros produzidos pelos extensionistas e na análise das interações desenvolvidas durante a intervenção. As ações envolveram exibição de material audiovisual, rodas de conversa, dinâmicas participativas e atividades de construção coletiva de conhecimentos acerca dos direitos fundamentais e da importância do respeito à diversidade. O referencial teórico discutiu as relações entre adolescência, vulnerabilidade social, Psicologia Comunitária, participação social e educação em Direitos Humanos. Os resultados evidenciaram elevada participação dos adolescentes, ampliação das reflexões sobre cidadania e fortalecimento de valores relacionados ao respeito, à empatia e à convivência social. Além disso, a experiência contribuiu significativamente para a formação acadêmica dos estudantes de Psicologia, possibilitando a articulação entre conhecimentos teóricos e práticas de intervenção comunitária. Conclui-se que ações extensionistas dessa natureza representam importantes instrumentos de promoção do desenvolvimento humano, fortalecimento comunitário e

construção de uma cultura pautada na garantia dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Adolescência; Vulnerabilidade Social; Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

A consolidação dos Direitos Humanos como fundamento das sociedades democráticas representa uma das mais importantes conquistas civilizatórias da contemporaneidade. Muito além de um conjunto de dispositivos jurídicos, os Direitos Humanos constituem referenciais éticos voltados à proteção da dignidade humana, à promoção da igualdade e à garantia das condições necessárias para o pleno desenvolvimento dos indivíduos e coletividades. Nesse sentido, a educação em Direitos Humanos assume papel estratégico na formação de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de participar ativamente da vida social e de contribuir para a construção de relações pautadas no respeito, na justiça social e na valorização da diversidade (ONU, 1948). No contexto brasileiro, a discussão acerca dos Direitos Humanos adquire relevância ainda maior diante da persistência de desigualdades socioeconômicas, da exclusão social e das diversas formas de violência que afetam grupos historicamente vulnerabilizados. Entre esses grupos, destacam-se crianças e adolescentes que, frequentemente, convivem com limitações de acesso a direitos fundamentais relacionados à educação, saúde, cultura, lazer e proteção social. Embora o ordenamento jurídico brasileiro reconheça crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, diversos estudos demonstram que a efetivação desses direitos ainda enfrenta obstáculos estruturais que repercutem diretamente sobre o desenvolvimento humano, a saúde mental e a qualidade de vida dessa população (Sobrinha; Miranda, 2025).

A adolescência constitui uma etapa singular do ciclo vital, caracterizada por profundas transformações biológicas, cognitivas, emocionais e sociais. Trata-se de um período marcado pela construção da identidade, pela ampliação das relações interpessoais e pela busca de pertencimento social. Nesse processo, a presença de contextos comunitários acolhedores e de experiências educativas significativas pode favorecer o desenvolvimento de competências relacionadas à autonomia, à responsabilidade social e à participação cidadã. Por outro lado, a exposição a contextos de vulnerabilidade social pode potencializar situações de sofrimento, exclusão e fragilização dos vínculos sociais, comprometendo o desenvolvimento integral dos adolescentes. Sob essa perspectiva, a Psicologia possui importante contribuição para a promoção dos Direitos Humanos, especialmente por meio de ações voltadas ao fortalecimento das potencialidades individuais e coletivas dos sujeitos. A atuação psicológica contemporânea ultrapassa os limites dos modelos tradicionais centrados exclusivamente no indivíduo, incorporando uma compreensão ampliada dos determinantes sociais que influenciam os processos de desenvolvimento, saúde e

adoecimento. Dessa forma, a promoção dos Direitos Humanos passa a ser compreendida não apenas como uma questão jurídica ou política, mas também como uma estratégia de promoção da saúde mental, da inclusão social e da cidadania.

Nesse contexto, a extensão universitária configura-se como importante instrumento de aproximação entre universidade e sociedade. Ao possibilitar o contato direto dos estudantes com realidades sociais diversas, as ações extensionistas favorecem a construção de conhecimentos contextualizados, o desenvolvimento da sensibilidade social e a formação de profissionais comprometidos com as demandas coletivas. Segundo Carneiro, Santos e Pini (2025), as experiências extensionistas fundamentadas na educação em Direitos Humanos contribuem para a formação cidadã tanto dos participantes das ações quanto dos próprios estudantes universitários, fortalecendo processos de reflexão crítica e transformação social. A curricularização da extensão universitária, fortalecida pelas diretrizes nacionais para a educação superior brasileira, reforça a compreensão de que o conhecimento acadêmico deve dialogar permanentemente com os desafios concretos vivenciados pela sociedade. Nessa perspectiva, projetos desenvolvidos em comunidades e instituições sociais tornam-se espaços privilegiados para a aplicação prática dos conhecimentos produzidos na universidade, possibilitando a construção coletiva de estratégias voltadas ao enfrentamento das desigualdades sociais e à promoção da dignidade humana.

Foi nesse cenário que se desenvolveu o projeto de extensão realizado junto ao Instituto Semeando Vida, instituição voltada ao acolhimento e ao desenvolvimento de adolescentes residentes em contextos de vulnerabilidade social. A proposta teve como foco promover reflexões sobre Direitos Humanos, cidadania, inclusão social, respeito às diferenças e cultura de paz, utilizando metodologias participativas capazes de estimular o protagonismo juvenil e a construção compartilhada de conhecimentos. As atividades buscaram criar espaços de diálogo e escuta, favorecendo a expressão de experiências, percepções e expectativas dos participantes acerca das relações sociais estabelecidas em seus territórios de convivência. A escolha dessa temática justifica-se pela compreensão de que o acesso à informação e à reflexão crítica sobre Direitos Humanos constitui importante ferramenta para o fortalecimento da cidadania e para a prevenção de práticas discriminatórias e excludentes. Em um contexto social marcado pela disseminação de discursos de intolerância, preconceito e violência, torna-se imprescindível desenvolver ações educativas que promovam o respeito à diversidade, a valorização das diferenças e a construção de relações mais democráticas.

Além disso, a promoção de espaços de convivência pautados no diálogo e na cooperação contribui para o fortalecimento dos vínculos sociais e para a ampliação do sentimento de pertencimento comunitário. Do ponto de vista psicológico, experiências dessa natureza favorecem processos relacionados ao desenvolvimento socioemocional,

à empatia, à capacidade de escuta e à construção de valores éticos indispensáveis à convivência coletiva.

Ao incentivar os adolescentes a refletirem sobre seus direitos e responsabilidades, tais iniciativas contribuem para a formação de sujeitos mais conscientes de seu papel social e mais preparados para enfrentar os desafios impostos pela realidade contemporânea. Simultaneamente, possibilitam aos estudantes de Psicologia vivenciar práticas profissionais comprometidas com a promoção dos Direitos Humanos e com a transformação social, fortalecendo competências técnicas, éticas e humanísticas fundamentais ao exercício profissional. Diante dessas considerações, o presente trabalho tem por objetivo analisar as contribuições de uma experiência extensionista voltada à educação em Direitos Humanos junto a adolescentes participantes do Instituto Semeando Vida, discutindo seus impactos para a promoção da cidadania, da inclusão social, da cultura de paz e do desenvolvimento psicossocial. Parte-se do entendimento de que a articulação entre Psicologia, extensão universitária e Direitos Humanos constitui importante estratégia para a construção de sociedades mais democráticas, inclusivas e comprometidas com a dignidade humana.

METODOLOGIA

Este trabalho constitui um relato de experiência fundamentado em abordagem qualitativa, desenvolvido a partir de atividades extensionistas realizadas por acadêmicos do Curso de Psicologia da Faculdade LABORO junto ao Instituto Semeando Vida, organização social localizada no município de São Luís - MA. A escolha dessa abordagem decorre da necessidade de compreender processos sociais, experiências subjetivas e significados produzidos pelos participantes durante a execução das ações educativas, considerando as especificidades do contexto comunitário em que a intervenção ocorreu. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos humanos complexos a partir das interpretações, vivências e relações estabelecidas pelos sujeitos em seus contextos socioculturais. As atividades foram organizadas a partir de um planejamento prévio construído coletivamente pelos integrantes da equipe extensionista, envolvendo reuniões de estudo, definição das estratégias de intervenção, elaboração de materiais didáticos e articulação institucional com o espaço de acolhimento. O processo de construção das ações considerou as características do público-alvo, composto por adolescentes inseridos em contexto de vulnerabilidade social, buscando adequar a linguagem, os recursos pedagógicos e as dinâmicas às necessidades identificadas durante os momentos preparatórios. Essa perspectiva encontra respaldo em Thiollent (2011), ao afirmar que iniciativas de caráter participativo produzem resultados mais consistentes quando os sujeitos envolvidos são considerados agentes ativos do processo de construção do conhecimento.

O conjunto de ações teve como propósito incentivar reflexões relacionadas à cidadania, à convivência social, ao respeito à diversidade humana e ao reconhecimento dos direitos fundamentais. Para isso, foram empregados recursos audiovisuais, atividades dialógicas, dinâmicas de grupo e exercícios de expressão coletiva que permitissem aos adolescentes compartilhar percepções sobre situações presentes em seu cotidiano. A utilização de estratégias participativas buscou favorecer a circulação da palavra, estimular o pensamento crítico e ampliar as possibilidades de interação entre os participantes. De acordo com Gohn (2019), práticas educativas desenvolvidas em espaços não formais de aprendizagem possuem grande potencial para fortalecer a participação social e ampliar a consciência cidadã dos indivíduos.

A condução das atividades privilegiou metodologias ativas, nas quais os adolescentes foram convidados a analisar situações concretas relacionadas à garantia de direitos, às relações interpessoais e aos desafios presentes em seus territórios de convivência. Durante os encontros, foram promovidos momentos de discussão coletiva e exercícios colaborativos voltados à construção de sentidos acerca da dignidade humana, da inclusão social e da cultura de paz. Essa opção metodológica fundamenta-se na compreensão de que processos educativos pautados na participação favorecem maior envolvimento dos sujeitos e ampliam a capacidade de reflexão sobre a realidade social. Segundo Libâneo (2013), experiências pedagógicas que estimulam a participação crítica contribuem para o desenvolvimento da autonomia intelectual e para a formação de cidadãos socialmente comprometidos. No decorrer da intervenção, foram registradas observações referentes à participação dos adolescentes, às manifestações verbais produzidas durante as discussões e às percepções da equipe acerca das interações estabelecidas ao longo das atividades. Também foram utilizados registros fotográficos e relatórios descritivos elaborados pelos extensionistas ao final de cada etapa executada. Esses materiais constituíram importante fonte de informação para a sistematização da experiência e para a identificação dos principais resultados alcançados pela ação. Conforme Yin (2016), o registro sistemático das evidências produzidas durante experiências sociais permite ampliar a consistência analítica das interpretações realizadas posteriormente.

Após a conclusão das atividades, procedeu-se à organização e análise das informações produzidas durante a intervenção, buscando identificar aspectos relacionados à participação dos adolescentes, à receptividade das estratégias empregadas e às contribuições da ação para a ampliação do debate sobre direitos, respeito às diferenças e convivência comunitária. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu não apenas a realização de uma atividade educativa, mas também a construção de um espaço de escuta,

diálogo e compartilhamento de experiências, aspectos considerados fundamentais para práticas psicológicas comprometidas com a promoção do desenvolvimento humano e da cidadania em contextos comunitários.

A Figura 01 sintetiza o fluxo metodológico adotado na pesquisa, evidenciando as principais etapas que orientaram a execução da prática extensionista. O esquema apresenta, de forma integrada, os momentos de planejamento, desenvolvimento das atividades, participação dos adolescentes e sistematização dos resultados obtidos. Essa representação gráfica facilita a compreensão do percurso investigativo realizado pelos acadêmicos de Psicologia, demonstrando a articulação entre teoria e prática, bem como a construção progressiva de conhecimentos voltados à promoção dos Direitos Humanos, da cidadania e do desenvolvimento comunitário.

Figura 01: Roteiro esquemático da construção metodológica da ação extensionista realizada.



Fonte: Construção feita pelos autores com auxílio da Inteligência Artificial ChatGPT (2026).

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão dos fenômenos abordados nesta pesquisa exige a articulação de diferentes perspectivas teóricas capazes de explicar as relações existentes entre vulnerabilidade social, desenvolvimento humano, atuação psicológica, educação em Direitos Humanos e fortalecimento comunitário. Nesse sentido, a Figura 02 apresenta uma síntese conceitual do percurso analítico adotado neste estudo, evidenciando a interdependência entre os fatores sociais que influenciam a vida dos adolescentes residentes em territórios periféricos e as estratégias de intervenção desenvolvidas pela Psicologia em contextos comunitários.

Figura 02: Fluxo teórico adotado e sua importância para a consolidação da pesquisa resultante de projeto extensionista realizado.



Fonte: Construção feita pelos autores com auxílio da Inteligência Artificial ChatGPT (2026).

O esquema demonstra que as condições de vulnerabilidade social produzem repercussões psicossociais significativas, demandando práticas profissionais orientadas pela promoção dos Direitos Humanos, pela ampliação da participação social e pelo fortalecimento das redes de apoio comunitário. A partir dessa lógica, compreende-se que ações socioeducativas voltadas à valorização da cidadania e da convivência democrática podem contribuir para o desenvolvimento de competências individuais e coletivas, favorecendo processos de autonomia, pertencimento social e construção de projetos de vida. Dessa forma, o fluxo teórico representado na figura constitui o fundamento interpretativo que orienta as análises apresentadas nas seções subsequentes, permitindo compreender a relevância das intervenções extensionistas como instrumentos de promoção

do desenvolvimento humano e transformação social.

A adolescência constitui um período de intensa reorganização das experiências individuais e coletivas, no qual se ampliam as interações sociais, os processos de construção identitária e as expectativas relacionadas ao futuro. Entretanto, quando esse processo ocorre em contextos marcados por desigualdades estruturais, pobreza persistente, violência urbana, precariedade dos serviços públicos e restrição de oportunidades, os desafios inerentes ao desenvolvimento humano tornam-se significativamente mais complexos. Nesses cenários, as trajetórias juvenis passam a ser atravessadas por fatores de risco que extrapolam a dimensão individual e refletem processos históricos de exclusão social.

A literatura tem demonstrado que a vulnerabilidade social não pode ser reduzida à insuficiência de renda ou à carência material. Trata-se de uma condição multidimensional que envolve fragilidades relacionadas ao acesso à educação, à saúde, à cultura, à segurança, à proteção social e à participação cidadã. Ao analisar a realidade de adolescentes atendidos em serviços de assistência social, Oliveira et al. (2020) observaram que os jovens frequentemente convivem com situações de violência, insegurança territorial e restrições de acesso a direitos fundamentais, elementos que influenciam diretamente suas perspectivas de desenvolvimento e inserção social.

Nesse contexto, as periferias urbanas brasileiras assumem papel central na compreensão das experiências juvenis contemporâneas. Esses territórios não devem ser compreendidos apenas a partir de suas carências, mas também por sua capacidade de produzir redes de solidariedade, formas próprias de organização comunitária e mecanismos de resistência social. Apesar disso, a permanência de desigualdades históricas impõe obstáculos que afetam a construção dos projetos de vida de muitos adolescentes. Estudos sobre juventudes periféricas evidenciam que as violações de direitos e os processos de estigmatização territorial frequentemente limitam o reconhecimento social desses sujeitos, produzindo impactos sobre sua autoestima, pertencimento social e percepção de futuro (Silva; Adad; Silva, 2020). Outro aspecto relevante refere-se às repercussões psicossociais produzidas pela exposição contínua a contextos de vulnerabilidade. Crianças e adolescentes submetidos a situações recorrentes de violência, privação econômica e instabilidade familiar apresentam maior probabilidade de desenvolver sofrimento emocional, dificuldades relacionais e comprometimentos em sua saúde mental. Revisões recentes indicam que experiências de vulnerabilidade social estão associadas ao aumento de sintomas de ansiedade, depressão, insegurança e baixa percepção de suporte social, reforçando a necessidade de intervenções preventivas e comunitárias voltadas a esse público (Magalhães, et al., 2021).

A ampliação do compromisso social da Psicologia brasileira provocou importantes transformações na forma de compreender os fenômenos relacionados à infância, à

adolescência e às desigualdades sociais. Ao longo das últimas décadas, consolidou-se uma perspectiva que ultrapassa modelos centrados exclusivamente nos processos intrapsíquicos e reconhece a influência dos fatores históricos, culturais, econômicos e territoriais na constituição subjetiva dos indivíduos.

Sob essa ótica, a atuação psicológica em contextos comunitários busca fortalecer capacidades individuais e coletivas, valorizando recursos existentes nos próprios territórios e incentivando processos de participação social. A intervenção deixa de concentrar-se apenas na remediação de problemas e passa a incorporar estratégias voltadas ao fortalecimento de vínculos, ao desenvolvimento de potencialidades e à ampliação da autonomia dos sujeitos. Essa perspectiva é particularmente relevante quando se trabalha com adolescentes residentes em áreas periféricas, uma vez que suas experiências são fortemente influenciadas pelas condições objetivas e simbólicas presentes em seus contextos de vida.

Veras (2024) destaca que a Psicologia comprometida com os Direitos Humanos deve reconhecer a vulnerabilidade social como fenômeno complexo e multifacetado, evitando interpretações individualizantes de problemas que possuem raízes estruturais. Nesse sentido, a atuação profissional precisa considerar simultaneamente os processos subjetivos e as condições sociais que produzem desigualdades, buscando promover inclusão, reconhecimento social e fortalecimento da cidadania. A literatura também aponta que intervenções desenvolvidas em espaços comunitários possuem elevado potencial para ampliar o acesso de adolescentes aos recursos de proteção psicossocial. Em muitos territórios periféricos, projetos sociais, organizações comunitárias e instituições de acolhimento desempenham papel fundamental na construção de redes de apoio, oferecendo oportunidades de convivência, aprendizagem e fortalecimento de vínculos. Tais iniciativas contribuem para a criação de ambientes protetivos capazes de minimizar os impactos decorrentes das vulnerabilidades presentes no cotidiano dos jovens.

As discussões contemporâneas acerca dos Direitos Humanos têm enfatizado a necessidade de superar abordagens meramente normativas, incorporando práticas educativas capazes de transformar relações sociais e promover processos de emancipação coletiva. Nesse sentido, a educação em Direitos Humanos constitui importante estratégia para o fortalecimento da cidadania, especialmente entre adolescentes que vivenciam situações de desigualdade social. Ao abordar as interfaces entre Psicologia e educação em Direitos Humanos, Severo e Ximenes (2021) defendem que práticas participativas favorecem o desenvolvimento da consciência crítica e ampliam as possibilidades de enfrentamento das múltiplas formas de exclusão social. A construção de espaços de diálogo permite que os jovens reconheçam seus direitos, reflitam sobre as dinâmicas de poder presentes em seus territórios e desenvolvam maior capacidade de participação na vida comunitária.

Além disso, ações educativas desenvolvidas em territórios periféricos podem contribuir para a valorização das identidades juvenis e para o fortalecimento das redes comunitárias. Experiências recentes têm demonstrado que atividades fundamentadas na escuta, na participação coletiva e na valorização das vivências dos adolescentes favorecem a construção de ambientes mais acolhedores e democráticos. Tais iniciativas tornam-se especialmente relevantes em localidades marcadas por diferentes formas de violência e exclusão, onde o fortalecimento dos vínculos sociais representa importante fator de proteção psicossocial (Soares, et al., 2024). Nesse cenário, a Psicologia ocupa posição estratégica ao contribuir para a criação de espaços de convivência capazes de promover reconhecimento, pertencimento e desenvolvimento humano.

Ao articular práticas educativas, fortalecimento comunitário e promoção dos Direitos Humanos, a atuação psicológica amplia suas possibilidades de intervenção social e reafirma seu compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Assim, iniciativas extensionistas voltadas a adolescentes residentes em contextos de vulnerabilidade social revelam-se particularmente relevantes, pois permitem transformar o conhecimento acadêmico em instrumento concreto de promoção da cidadania, da participação social e da dignidade humana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência extensionista analisada neste estudo foi desenvolvida por acadêmicos do 5º Período do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade LABORO, durante o semestre letivo 2026.1, no contexto das atividades de curricularização da extensão universitária. A Figura 03 apresenta uma síntese do fluxo analítico adotado para a compreensão e sistematização da prática extensionista desenvolvida junto aos adolescentes do Instituto Semeando Vida.

Figura 03: Fluxo de compreensão do relato de prática extensionista com o grupo escolhido.



Fonte: Construção feita pelos autores com auxílio da Inteligência Artificial ChatGPT (2026).

Faz-se mister indicar que o esquema organiza o percurso metodológico pregresso em quatro categorias centrais, abrangendo desde a caracterização do contexto de intervenção

até a socialização dos resultados obtidos. Essa representação permite visualizar, de forma integrada, as etapas que estruturaram a experiência extensionista, bem como os principais impactos produzidos para os participantes e para a formação acadêmica dos estudantes, evidenciando a relevância social, educativa e psicológica da ação realizada.

Relembra-se que a ação foi executada entre os meses de abril e maio de 2026 junto ao Instituto Semeando Vida, organização social sediada em São Luís (MA) que atua no fortalecimento da convivência comunitária, no apoio socioeducativo e na promoção de oportunidades para crianças, adolescentes e famílias residentes em territórios socialmente vulneráveis. A proposta surgiu da compreensão de que a universidade deve assumir papel ativo na construção de respostas aos desafios sociais contemporâneos, especialmente aqueles relacionados à garantia de direitos, à promoção da cidadania e ao fortalecimento do desenvolvimento humano de adolescentes inseridos em contextos marcados por desigualdades estruturais. A construção da intervenção foi precedida por um processo de planejamento coletivo que envolveu estudos teóricos, reuniões de alinhamento, elaboração de materiais pedagógicos e articulação institucional com a entidade parceira. Essa etapa inicial revelou-se fundamental para garantir coerência entre os objetivos do projeto e as características do público atendido. Em experiências extensionistas desenvolvidas junto a adolescentes, diversos autores destacam que a eficácia das intervenções depende da capacidade de reconhecer os jovens como sujeitos históricos e sociais, portadores de saberes, experiências e formas próprias de interpretar a realidade. Nessa perspectiva, o planejamento não foi concebido apenas como uma organização logística das atividades, mas como um processo de construção compartilhada de estratégias capazes de favorecer o diálogo e a participação ativa dos adolescentes.

A escolha da temática dos Direitos Humanos mostrou-se particularmente relevante diante das condições sociais que caracterizam grande parte das periferias urbanas brasileiras. Estudos realizados por Abramovay (2015) demonstram que adolescentes residentes em contextos vulnerabilizados frequentemente convivem com situações de violência simbólica, discriminação, insegurança territorial e restrições de acesso a direitos básicos, circunstâncias que influenciam diretamente suas trajetórias de vida e suas formas de inserção social.

Nesse cenário, a educação em Direitos Humanos assume função estratégica ao possibilitar que os jovens desenvolvam maior compreensão acerca de seus direitos, fortaleçam sua capacidade de participação social e ampliem sua consciência crítica sobre os processos de exclusão presentes na sociedade. A execução da intervenção foi estruturada em atividades participativas que buscaram superar modelos tradicionais de ensino baseados na transmissão unilateral de conteúdos. A utilização de recursos audiovisuais, rodas de conversa e dinâmicas coletivas fundamentou-se na compreensão de que processos

educativos mais significativos ocorrem quando os sujeitos participam ativamente da construção dos conhecimentos.

Assim, a exibição do vídeo educativo sobre Direitos Humanos constituiu um importante recurso mobilizador, funcionando como elemento provocador de reflexões e debates. Mais do que transmitir informações, o audiovisual permitiu estabelecer conexões entre os conceitos abordados e as experiências concretas vivenciadas pelos adolescentes em seus territórios de convivência. A etapa seguinte consistiu na realização de debates orientados, nos quais os participantes foram convidados a compartilhar opiniões, percepções e experiências relacionadas aos temas apresentados. A qualidade das discussões evidenciou que os adolescentes possuíam conhecimentos prévios acerca de questões relacionadas à cidadania, ao respeito às diferenças e às desigualdades sociais, ainda que muitas vezes esses conhecimentos estivessem associados a experiências fragmentadas ou pouco sistematizadas. Esse resultado aproxima-se das conclusões apresentadas por Dayrell (2007), que identifica as juventudes contemporâneas como produtoras de saberes e interpretações próprias sobre o mundo social, reforçando a necessidade de práticas educativas que valorizem suas experiências e reconheçam sua capacidade de reflexão crítica.

Um dos momentos mais significativos da intervenção ocorreu durante a realização da dinâmica denominada “Árvore dos Direitos”. A atividade possibilitou que os participantes expressassem livremente suas compreensões acerca dos Direitos Humanos, registrando palavras, sentimentos e reflexões construídas ao longo das discussões. A diversidade de contribuições observadas revelou não apenas a pluralidade de percepções presentes no grupo, mas também a capacidade dos adolescentes de estabelecer relações entre os conteúdos trabalhados e situações concretas de seu cotidiano. Em experiências semelhantes desenvolvidas em organizações comunitárias e escolas públicas brasileiras, pesquisadores têm identificado que metodologias participativas favorecem processos de identificação, pertencimento e construção coletiva de significados, ampliando o potencial transformador das ações educativas.

Outro aspecto relevante observado durante a prática foi a criação de um ambiente favorável à escuta e à troca de experiências. Em diferentes momentos, os adolescentes compartilharam situações relacionadas ao preconceito, às desigualdades sociais, aos conflitos interpessoais e aos desafios enfrentados em seus territórios de convivência. Tais manifestações evidenciaram que a intervenção ultrapassou os limites de uma atividade informativa, constituindo-se também como espaço de acolhimento e expressão de vivências frequentemente invisibilizadas nos contextos institucionais tradicionais. Essa característica aproxima a experiência desenvolvida no Instituto Semeando Vida das práticas defendidas pela Psicologia Comunitária latino-americana, que compreende o diálogo e a

participação social como instrumentos fundamentais para o fortalecimento dos sujeitos e das coletividades.

Os resultados observados durante a intervenção também dialogam com pesquisas recentes sobre programas socioeducativos voltados à promoção da cidadania entre adolescentes. Estudos desenvolvidos por Sposito (2018) indicam que atividades fundamentadas na participação juvenil contribuem para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e do sentimento de pertencimento comunitário. De modo semelhante, as atividades realizadas permitiram que os participantes se reconhecessem como sujeitos de direitos e refletissem sobre seu papel na construção de relações mais democráticas e respeitadas em seus espaços de convivência.

Além dos impactos observados junto aos adolescentes, a experiência produziu importantes contribuições para a formação dos estudantes de Psicologia envolvidos no projeto. O contato direto com a realidade social dos participantes possibilitou compreender, de maneira concreta, como fatores econômicos, culturais e territoriais influenciam os processos de desenvolvimento humano. Essa vivência permitiu superar perspectivas excessivamente individualizantes dos fenômenos psicológicos, favorecendo uma compreensão mais ampla das relações entre subjetividade, contexto social e garantia de direitos. Tal aprendizado possui especial relevância para a formação profissional contemporânea, uma vez que a atuação do psicólogo em políticas públicas e espaços comunitários exige capacidade de compreender os fenômenos humanos em sua complexidade social e histórica.

Após a realização das atividades no Instituto Semeando Vida, os resultados foram sistematizados e apresentados durante a culminância das ações extensionistas promovidas pela Faculdade LABORO. A socialização da experiência por meio de banner científico e apresentação oral possibilitou compartilhar conhecimentos produzidos ao longo do projeto e ampliar o debate acadêmico acerca da importância das práticas extensionistas na formação em Psicologia. Esse momento representou não apenas a divulgação dos resultados obtidos, mas também a consolidação do compromisso da universidade com a democratização do conhecimento e com a construção de ações socialmente comprometidas.

De maneira geral, a experiência desenvolvida demonstrou que intervenções fundamentadas na educação em Direitos Humanos, na participação social e na valorização das experiências juvenis possuem significativo potencial para promover processos de conscientização, fortalecimento comunitário e desenvolvimento humano. A elevada participação dos adolescentes, a qualidade das reflexões produzidas e a construção de espaços de diálogo evidenciaram a pertinência da proposta adotada. Mais do que uma atividade educativa pontual, a intervenção constituiu uma experiência de encontro entre universidade e comunidade, reafirmando a relevância da Psicologia como campo de conhecimento comprometido com a promoção da cidadania, da justiça social e da dignidade

humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência extensionista desenvolvida junto ao Instituto Semeando Vida evidenciou a relevância das ações educativas fundamentadas nos Direitos Humanos como estratégia de promoção da cidadania, do fortalecimento dos vínculos comunitários e do desenvolvimento psicossocial de adolescentes inseridos em contextos de vulnerabilidade social. Ao longo da intervenção, foi possível constatar que a utilização de metodologias participativas, pautadas no diálogo, na escuta qualificada e na valorização das experiências juvenis, favoreceu a construção de reflexões críticas acerca do respeito às diferenças, da dignidade humana e da importância da convivência democrática nos espaços coletivos.

Os resultados observados demonstraram que os adolescentes participaram ativamente das atividades propostas, contribuindo com relatos, percepções e experiências que enriqueceram significativamente os debates desenvolvidos durante a intervenção. As dinâmicas realizadas possibilitaram não apenas a ampliação dos conhecimentos relacionados aos Direitos Humanos, mas também o fortalecimento de competências sociais associadas à empatia, ao respeito mútuo, à cooperação e à resolução pacífica de conflitos. Nesse sentido, a ação desenvolvida reafirmou o potencial transformador das práticas socioeducativas quando estruturadas a partir das demandas concretas e das realidades vivenciadas pelos participantes. Do ponto de vista da formação acadêmica, a experiência representou uma importante oportunidade de articulação entre os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do Curso de Bacharelado em Psicologia e as demandas presentes nos territórios socialmente vulnerabilizados. O contato direto com os adolescentes permitiu aos estudantes compreender de forma mais aprofundada a complexidade dos fenômenos sociais que atravessam o desenvolvimento humano, fortalecendo competências profissionais relacionadas à escuta, à intervenção grupal, ao trabalho comunitário e à promoção dos Direitos Humanos. Além disso, a realização da culminância acadêmica possibilitou a socialização dos resultados obtidos, ampliando a visibilidade das ações extensionistas e reforçando a importância da universidade como agente de transformação social. Dessa forma, conclui-se que a experiência alcançou os objetivos inicialmente propostos, contribuindo para a conscientização dos participantes, para o fortalecimento da cultura de paz e para a promoção de espaços de diálogo e participação social. Por fim, destaca-se que iniciativas dessa natureza devem ser continuamente estimuladas, uma vez que constituem importantes instrumentos para a construção de sociedades mais justas, inclusivas, democráticas e comprometidas com a garantia dos direitos fundamentais de crianças, adolescentes e demais grupos socialmente vulnerabilizados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam? Brasília: Flacso Brasil, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 jun. 2026

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990). Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 07 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 06 jun. 2026.

CARNEIRO, Laila Lavrador; SANTOS, Flávia Alexandra dos; PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. Extensão universitária, educação básica e a educação em direitos humanos: relato de experiência do projeto “Vozes das crianças, adolescentes e jovens: educação em direitos humanos”. **Em Extensão**, Uberlândia, 2025. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao>. Acesso em: 07 jun. 2026.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAGALHÃES, Juliana; MATIJASEVICH, Alicia; ZIEBOLD, Carolina; MAVALSI, Paulo Artur; EVANS-LACKO, Sara; PAULA, Cristiane Silvestre. Vulnerabilidade social e saúde mental de crianças e jovens. **Psico**, Porto Alegre, v. 52, n. 2, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-03072021000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 07 jun. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NAÇÕES UNIDAS – BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Brasília: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 07 jun. 2026.

OLIVEIRA, Priscila Cristina; REIS, Mary Lopes; VANDENBERGHE, Luc; SOUZA, Márcia Maria; MEDEIROS, Marcelo. Vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 24, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/ZcTPn95X5HZYsRFF4ScsTTR/>. Acesso em: 06 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 07 jun. 2026.

SEVERO, Fernanda Karla Tolentino Correia; XIMENES, Verônica Moraes. Educação em Direitos Humanos na perspectiva de uma Psicologia comprometida socialmente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 41, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/PLTBZC5MFfBRycwjwCNTgjR/>. Acesso em: 05 jun. 2026.

SILVA, Maria do Socorro Borges da; ADAD, Shara Jane Holanda Costa; SILVA, Krícia de Sousa. Juventudes, comunidades periféricas, direitos humanos e resistências. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9155>. Acesso em: 06 jun. 2026.

SOBRINHA, Celina de Fátima; MIRANDA, Graciela Celsa Zarate. Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. **Revista Multidisciplinar Humanidades e Tecnologias (FINOM)**, v. 63, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18064501>. Acesso em: 06 jun. 2026.

SPOSITO, Marília Pontes. **Juventudes e educação**: interações entre a educação escolar e a educação não formal. São Paulo: Ação Educativa, 2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VERAS, Rita de Maria; CÚNICO, Sabrina Daiana; FERNANDES-ELOI, Juliana; RABELO, Dóris Firmino. **Psicologia e populações vulnerabilizadas**: contextos de vida e políticas públicas. Salvador: EDUFBA, 2024. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/9d22x>. Acesso em: 07 jun. 2026.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

CAPÍTULO III

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO COMO FERRAMENTA DE ACESSO A DIREITOS EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS

Lanna Raquel Costa Coelho
Liliane de Jesus de Sousa Coelho
Maria das Graças Pereira
Michele Costa dos Santos
Raimunda Araújo da Silva
Simone Souza Gomes Rocha
William Roger Martins Costa
Cláudia Waleska de Lima Barros
Elyoneida Maria de Moraes Ávila
Luciane Fontinelle
Victoria Amorim da Silva
Iolanda Bezerra dos Santos Brandã

Faculdade Laboro, MA

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados de uma ação extensionista desenvolvida no âmbito da disciplina Projetos Integradores de Curricularização da Extensão II do curso de Psicologia da Faculdade Laboro. O objetivo geral consistiu em consolidar e ampliar o acesso à informação sobre direitos sociais e serviços públicos em saúde e assistência social na comunidade do Residencial Nova Terra e junto à Associação dos Amigos e Familiares das Crianças com Autismo de São José de Ribamar (AMA). A metodologia envolveu pesquisa de campo, aplicação de questionários, visitas técnicas e elaboração de material informativo em formato de infográficos. Os resultados evidenciaram severas barreiras informacionais que limitam o exercício da cidadania, bem como a importância da Psicologia Comunitária na promoção da autonomia e fortalecimento dos vínculos sociais. Conclui-se que a gestão do conhecimento atua como um vetor estratégico para mitigação de vulnerabilidades institucionais e formação ética acadêmica.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária. Gestão do Conhecimento. Cidadania. Direitos Sociais. Vulnerabilidade Social.

INTRODUÇÃO

A formação em Psicologia exige que o processo de aprendizagem ultrapasse os limites do espaço acadêmico tradicional e estabeleça um diálogo consistente com as demandas reais da sociedade. Nesse cenário, a extensão universitária assume papel fundamental, atuando como um elo dinâmico de integração entre o conhecimento científico, a prática profissional e o compromisso ético-social. Mais do que uma atividade complementar, a extensão configura-se como uma experiência formativa indispensável, que favorece o desenvolvimento de uma postura crítica, sensível e engajada diante das múltiplas expressões da questão social.

Sob a perspectiva da Psicologia Social Comunitária, essa atuação ganha relevância ainda maior, considerando que a subjetividade e a compreensão do sujeito não podem ser dissociadas das condições concretas de existência econômicas, políticas e culturais que atravessam seu cotidiano. Dessa maneira, a práxis do psicólogo afasta-se de um modelo puramente clínico-individual e passa a contemplar práticas voltadas à promoção da autonomia, ao fortalecimento de vínculos coletivos e à ampliação do acesso a direitos fundamentais. A informação e o conhecimento deixam de representar apenas recursos técnicos e assumem uma função social altamente estratégica em contextos marcados pela desigualdade estrutural.

A experiência extensionista relatada neste artigo foi desenvolvida no Residencial Nova Terra, localizado no município de São José de Ribamar, Maranhão, e surgiu a partir da identificação de uma demanda comunitária concreta: a dificuldade crônica de acesso a informações claras sobre a rede de serviços públicos, com destaque para a saúde e a assistência especializada. Durante a fase diagnóstica, constatou-se que grande parte da população local desconhecia os serviços ofertados por instituições próximas, como a Associação dos Amigos e Familiares das Crianças com Autismo de São José de Ribamar (AMA), a Unidade Básica de Saúde (UBS) e os dispositivos de assistência social.

Diante desse cenário, a proposta estruturou-se na premissa de que a gestão da informação e do conhecimento serve como instrumento de empoderamento social e de consolidação da cidadania. O projeto buscou não apenas mapear as lacunas e vulnerabilidades da rede, mas oferecer uma devolutiva concreta e socialmente útil aos participantes por meio da criação de ferramentas informativas acessíveis.

METODOLOGIA

A presente pesquisa-ação caracterizou-se como um projeto de intervenção e extensão de natureza qualitativa e descritiva. O cronograma de execução totalizou uma carga horária de 40 horas distribuídas no primeiro semestre de 2026, divididas em etapas de planejamento teórico, imersão territorial, diagnóstico comunitário, elaboração de produtos e ação interventiva direta.

Quadro 1: Detalhamento das atividades realizadas

Período/Data	Atividade Desenvolvida	Carga Horária
26/03	Apresentação da estrutura, relevância e objetivos do projeto de extensão.	03 horas
03/04 a 14/04	Reuniões de discussão sobre as temáticas do contexto sócio-comunitário.	11 horas
02/05	Visita in loco para levantamento prévio de necessidades no Residencial Nova Terra e AMA.	04 horas
04/05 a 17/05	Elaboração de ações extensionistas e confecção do material informativo (infográfico).	12 horas
Maio/Junho	Aplicação das ações interventivas e distribuição dos infográficos na comunidade.	10 horas
Carga Horária Total Executada		40 horas

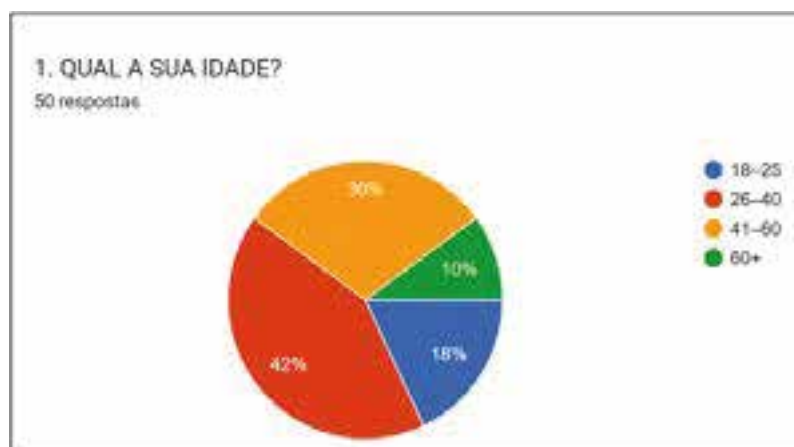
Fonte: Dados do projeto (2026).

Os cenários de prática foram o Residencial Nova Terra e a sede da AMA, ambos em São José de Ribamar. Para o levantamento de dados, utilizou-se a aplicação de questionários estruturados com moradores locais e reuniões de acolhimento com a coordenação institucional da AMA. Os insumos materiais fundamentaram-se no uso de recursos computacionais para o tratamento estatístico descritivo inicial e diagramação visual dos infográficos educativos distribuídos como devolutiva social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A imersão e o contato direto com a comunidade permitiram identificar barreiras informacionais agudas que se configuram como obstáculos diretos ao pleno exercício da cidadania. Verificou-se que o desconhecimento sobre o fluxo e o funcionamento de serviços essenciais, como os ofertados pela AMA, gera um fenômeno de exclusão institucional involuntária, onde o direito existe legalmente, mas permanece inacessível por falta de canais

eficientes de comunicação pública. Abaixo são apresentados detalhadamente os dados coletados por meio do questionário estruturado aplicado a 50 moradores da comunidade, revelando o panorama de acesso e vulnerabilidade informacional local:



Fonte: Dados do projeto (2026)

Sobre o Perfil Etário dos Respondentes: Verificou-se que a maior concentração de participantes situa-se na faixa de 26 a 40 anos (42%), seguida por 41 a 60 anos (30%), 18 a 25 anos (18%) e idosos com mais de 60 anos (10%). Esse perfil indica uma população predominantemente em idade ativa e chefe de família, que demanda o uso contínuo de políticas públicas para si e seus dependentes.



Fonte: Dados do projeto (2026)

O conhecimento sobre a Unidade Básica de Saúde (UBS) Nova Terra: Indagados se sabem onde fica a UBS local para consultas ou vacinação, 90% responderam positivamente, enquanto apenas 10% desconhecem. Esse dado demonstra que serviços de atenção primária tradicionais e territorializados possuem alta visibilidade geográfica na comunidade.

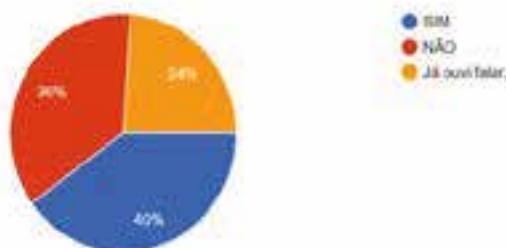
3. Se você ou alguém da sua família precisar de apoio psicológico gratuito, você sabe onde procurar esse atendimento na sua região?
50 respostas



Fonte: Dados do projeto (2026)

O acesso a apoio psicológico gratuito em contraste com a UBS, quando questionados sobre onde procurar atendimento psicológico gratuito na região, 52% dos moradores afirmaram NÃO saber onde buscar este auxílio, enquanto 48% souberam responder. Isso reflete um claro estigma ou desinformação sobre as redes de atenção à saúde mental.

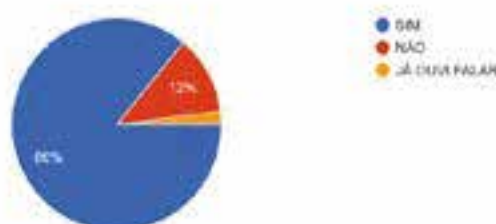
4. Você conhece o trabalho da AMA (ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E FAMILIARES DAS PESSOAS COM AUTISMO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR)?
50 respostas



Fonte: Dados do projeto (2026)

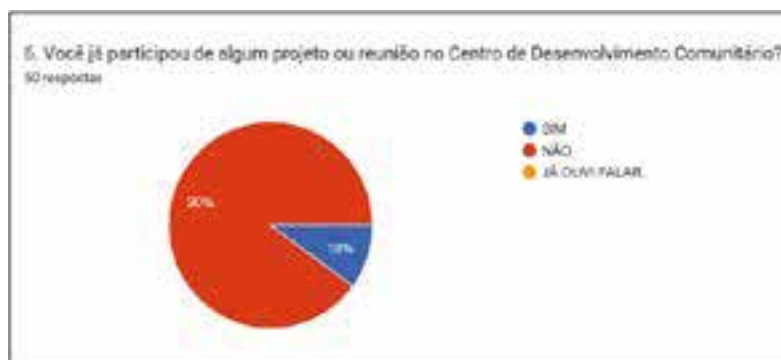
Quanto ao conhecimento sobre o trabalho da Associação dos Amigos e Familiares das Pessoas com Autismo de São José de Ribamar (AMA), 40% conhecem o serviço, 36% não conhecem e 24% relataram que apenas “já ouviram falar”. A expressiva porcentagem de desconhecimento ou conhecimento superficial justifica a necessidade emergente de ações de divulgação e letramento social sobre o autismo e o suporte familiar na região.

5. Para atualizar o Cadastro Único ou solicitar o Bolsa Família, você sabe onde encontrar o CRAS Nova Terra?
50 respostas



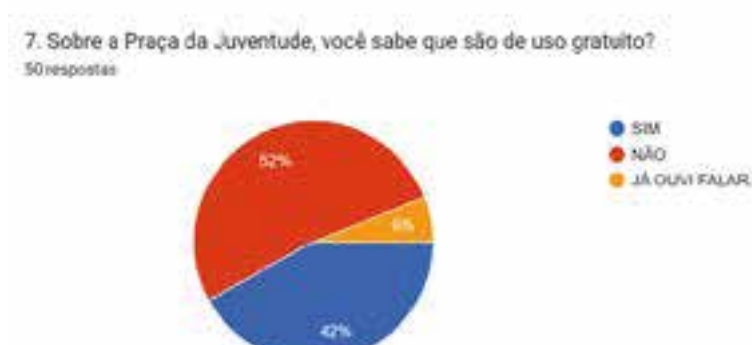
Fonte: Dados do projeto (2026)

A localização do CRAS Nova Terra para atualização do Cadastro Único e Bolsa Família, apresentou alta taxa de fixação, com 86% dos respondentes afirmando saber a localização, 12% desconhecendo e 2% que apenas ouviram falar. O forte apelo socioeconômico dos benefícios vinculados ao CRAS explica essa consolidação da informação.



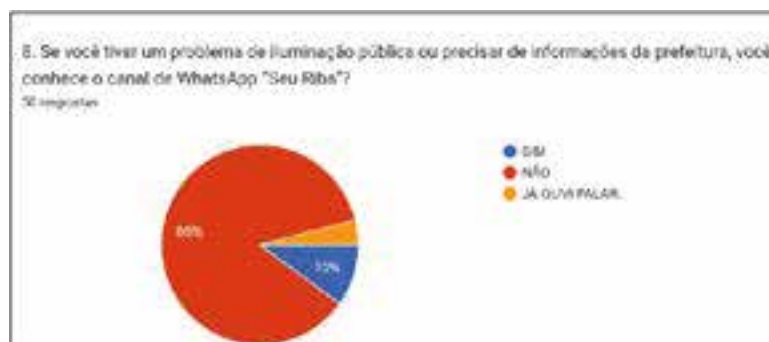
Fonte: Dados do projeto (2026)

Quanto a participação no Centro de Desenvolvimento Comunitário, os índices de engajamento social mostraram-se alarmantes, uma vez que 90% dos entrevistados NUNCA participaram de projetos ou reuniões no centro comunitário, enquanto somente 10% relataram participação ativa. Esse indicador aponta para um enfraquecimento dos vínculos de associativismo local.



Fonte: Dados do projeto (2026)

No que se refere a gratuidade de uso da Praça da Juventude, 52% alegaram não saber que se tratava de um espaço 100% gratuito, 42% sabiam e 6% já tinham ouvido falar, revelando subutilização de equipamentos públicos de lazer por déficits informacionais.



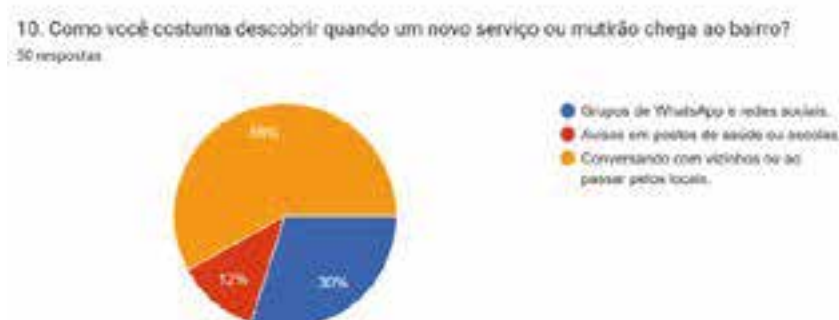
Fonte: Dados do projeto (2026)

O desconhecimento acerca das ferramentas de ouvidoria e suporte via WhatsApp da prefeitura é expressivo: 86% não conhecem o canal “Seu Riba”, restando apenas 10% de usuários conscientes e 4% de informados superficialmente.



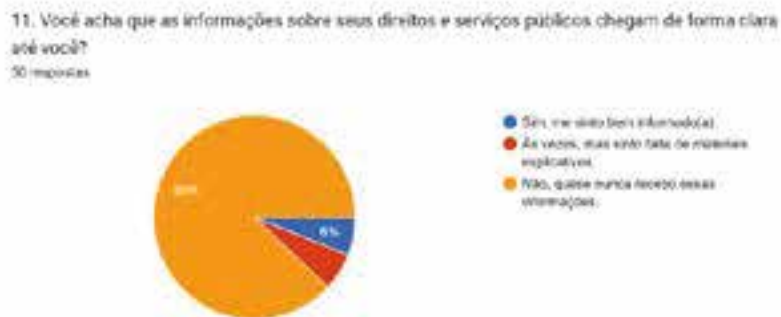
Fonte: Dados do projeto (2026)

Assim, ao responderem sobre qual setor é o mais difícil de se obter informações institucionais, 66% apontaram Projetos Comunitários e Lazer, 28% a Assistência Social (CRAS/Cadastro Único) e apenas 6% a Saúde (UBS).



Fonte: Dados do projeto (2026)

No que diz respeito aos meios de descoberta de novos serviços e mutirões, os participantes afirmaram que a comunicação comunitária se dá predominantemente de forma informal: 58% descobrem novidades conversando com vizinhos ou ao passar pelas ruas, 30% por grupos de WhatsApp/redes sociais e apenas 12% por meio de avisos formais em escolas ou postos de saúde.



Fonte: Dados do projeto (2026)

Assim, considerando a hipótese da barreira informacional, 88% dos respondentes afirmaram que QUASE NUNCA recebem informações claras sobre seus direitos e serviços públicos, 6% relataram receber às vezes (sentindo falta de materiais explicativos) e somente 6% sentem-se plenamente bem informados.

ANÁLISE DE FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DO PROJETO

Como pontos relevantes, a intervenção materializou a articulação entre teoria acadêmica e prática social, exercitando nos discentes competências fundamentais de escuta qualificada e postura ética. Contudo, dentre as fragilidades mapeadas, destaca-se a limitação do tempo cronológico para consolidação dos vínculos comunitários e a escassez de infraestrutura de comunicação integrada entre o poder público e a população local, apontando para a necessidade imperiosa de consolidação dessas ações de forma contínua e intersetorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência propiciada pelo projeto de extensão demonstrou de forma inequívoca que a gestão da informação e do conhecimento, quando socializada, atua como uma ferramenta potente para a mitigação de desigualdades e a garantia de direitos em territórios vulnerabilizados. A superação das barreiras informacionais permitiu conferir visibilidade a serviços essenciais, como os da AMA, empoderando os cidadãos em suas trajetórias de busca por assistência especializada. Para a formação acadêmica em Psicologia, o impacto reflete na desconstrução de visões meramente tradicionais e individualistas da profissão, realçando o papel do psicólogo como agente de transformação social e promotor de saúde coletiva. Sugere-se a continuidade do projeto em semestres posteriores para viabilizar um monitoramento contínuo das demandas emergentes no Residencial Nova Terra.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e diretrizes**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2000.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores sociais e dados estatísticos**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2026.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Políticas públicas e programas sociais**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania>. Acesso em: 14 abr. 2026.
- TAVARES, Wolmer Ricardo. **Gestão do conhecimento e a educação na sociedade do conhecimento**. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Sociedade) – Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Barbacena, 2006.

CAPÍTULO IV

CAMINHOS DA MENTE: GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA SAÚDE MENTAL DE JOVENS NA COMUNIDADE

Aline Maria Palácio Matos
Ana Beatriz Silva Sousa
Ana Clara Oliveira Souza
Eduarda Lopes Garcês
Isra Emile Quadros Mubarak
Maria Heloisa Leite Alves
Wilton De Jesus Pereira Rodrigues
Caroline França Madeira
Cláudia Waleska de Lima Barros
Elyoneida Maria de Moraes Ávila
Victoria Amorim da Silva
Iolanda Bezerra dos Santos Brandã

Faculdade Laboro, MA

RESUMO

A juventude, em sua essência, é um território de intensas transformações e descobertas, mas que, nos dias de hoje, muitas vezes floresce em um solo árido de silêncio e dores invisíveis. Ao adentrarmos o Colégio Maria Aragão, localizado na Cidade Operária, São Luís-MA, percebemos que a alma do estudante secundarista carrega pesos que raramente são traduzidos em palavras no cotidiano escolar. O projeto “Caminhos da Mente” nasceu justamente da necessidade de romper esse véu de invisibilidade, utilizando a Gestão da Informação e do Conhecimento não apenas como uma ferramenta técnica, mas como um ato profundo de cuidado, afeto e cidadania, onde justificou-se, primordialmente, pela premissa de que a informação qualificada é um determinante social de saúde. Para a consecução dos objetivos propostos pelo projeto foi adotada uma abordagem metodológica pautada na pesquisa-ação e na intervenção de natureza extensionista caracterizada por um caráter horizontal, dialógico e participativo, sendo realizada com estudantes na faixa etária de 15 a 17 anos. Rompendo intencionalmente com o formato tradicional de palestras meramente expositivas que tendem a distanciar o público jovem e criar barreiras na comunicação, a equipe estruturou uma proposta dinâmica e horizontal. O objetivo principal foi criar um ambiente psicologicamente seguro, leve, descontraído e divertido, propício para uma interação genuína e sem amarras com os adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Adolescência; Gestão da informação e do conhecimento;

Pesquisa-ação.

INTRODUÇÃO

A adolescência é definida como um período biopsicossocial que compreende, segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (1965), a segunda década da vida, ou seja, dos 10 aos 20 anos. Esse também é o critério adotado pelo Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2007a) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2007b). Para o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o período vai dos 12 aos 18 anos (Brasil, 2007c). Em geral, a adolescência inicia-se com as mudanças corporais da puberdade e termina com a inserção social, profissional e econômica na sociedade adulta (Formigli, Costa & Porto, 2000). A escola, apesar de ser obrigatória para todos os adolescentes, proporciona recursos pessoais e sociais (hábitos de saúde, interações sociais, descoberta de oportunidades, por exemplo) que são aproveitados de maneira distinta pelos alunos, que também influencia na maneira individual de viver a adolescência.

Ao adentrarmos o Colégio Mar ia José Aragão, localizado na Cidade Operária em São Luís-MA, percebemos que a alma do estudante secundarista carrega pesos que raramente são traduzidos em palavras no cotidiano escolar. O projeto “Caminhos da Mente” nasceu justamente da necessidade de romper esse véu de invisibilidade, utilizando a Gestão da Informação e do Conhecimento não apenas como uma ferramenta técnica, mas como um ato profundo de cuidado, afeto e cidadania. Estudos como o de Ballester et al. (2021) destacaram que o ambiente escolar, frequentemente percebido como um espaço de desenvolvimento intelectual e social, pode também ser um lugar de vulnerabilidade psicológica, particularmente quando há uma pressão exacerbada por resultados acadêmicos. Essa situação se vê intensificada no ensino médio, etapa crucial da formação, na qual os estudantes enfrentam grandes decisões sobre futuro acadêmico e profissional. Assim, compreender a relação entre saúde mental e o desempenho educacional emerge como uma necessidade premente para gestores, educadores e famílias interessadas no bem-estar juvenil. Durante a visita realizada na Instituição Escolar, foi realizada uma roda de conversa entre alunos (adolescentes) na faixa-etária de 15 a 17 anos, onde eles puderam falar sobre suas dores e nomear suas emoções- que, vale lembrar, muitas vezes são reprimidas. Por conta das transformações físicas, psicológicas e sociais, a fase da adolescência influencia na estabilidade e na intensidade das próprias emoções, conduzindo novas experiências de ativação emocional e respostas extremas e intensa aos estímulos. De acordo com Santos et al. (2025), a forma como cada indivíduo reconhece, regula e expressa suas emoções é única e influenciada por diversos fatores, como o aprendizado adquirido com os pais, as experiências escolares, as interações sociais e o ambiente em que está inserido. Desde a infância, normas explícitas e modelos comportamentais observados moldam o modo de lidar com sentimentos e situações emocionais. Na adolescência, fase marcada por intensas transformações físicas, cognitivas e sociais, o manejo das emoções torna-se ainda mais

desafiador. Reconhecer, sentir e expressar adequadamente o que se vive internamente é fundamental para o desenvolvimento saudável, para a construção da identidade e para a formação de relações interpessoais equilibradas.

Diante do tema proposto, foi realizada uma revisão de escopo através da síntese de artigos publicados sobre temas em comum ao projeto proposto, tendo como objetivos Promover e fortalecer a saúde mental de jovens estudantes na faixa etária de 15 a 17 anos do Colégio Maria José Aragão, por meio de uma intervenção psicoeducativa e extensionista fundamentada na Gestão da Informação e do Conhecimento, tema proposta pela Faculdade Laboro para ser desenvolvido pelos alunos de Psicologia do 3º período. Além de realizar um mapeamento e identificar as principais demandas, vulnerabilidades e fatores desencadeadores de sofrimento psíquico no contexto escolar, tais como o bullying, as pressões por desempenho acadêmico e as fragilidades nos vínculos familiares. Democratizar o acesso à informação qualificada através da elaboração e distribuição de um guia informativo impresso, explicitando de forma clara, didática e acessível o fluxo de atendimento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com destaque para o CAPSI, Hospital Nina Rodrigues, CVV 188, clínicas-escola da região, dentre outros meios de atendimentos gratuitos.

SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

A adolescência é uma fase de muitos desafios, tanto por ser considerada uma transição da infância para a vida adulta, como pelo fato de o cérebro adolescente ainda estar em pleno desenvolvimento. Nessa fase, os jovens costumam viver emoções muito intensas, indo rapidamente da alegria extrema à tristeza profunda, além de se influenciarem bastante pelos amigos e tomarem decisões impulsivas (Reis, 2025, p.8). Neste cenário, a escola pode ser tanto um espaço que gera estresse quanto um lugar de apoio e desenvolvimento. Quando o ambiente é acolhedor e positivo, os estudantes tendem a se sair melhor nos estudos, além de estarem mais protegidos contra comportamentos de risco e situações de violência. Um clima escolar saudável também ajuda a diminuir a evasão escolar, pois os alunos se sentem mais motivados a continuar os estudos e não desistir da escola (Podiya; Navaneetham; Bhola, 2025, apud, Reis, 2025). A adolescência também é marcada por profundas transformações na construção da identidade pessoal e social. Nesse período, os jovens passam a questionar valores, crenças e expectativas que foram construídos ao longo da infância, buscando compreender quem são e qual o seu papel na sociedade. De acordo com Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares (2010), a adolescência não deve ser compreendida apenas sob uma perspectiva biológica, mas também histórica, cultural e social, uma vez que as experiências vivenciadas pelos adolescentes variam de acordo com o contexto em que estão inseridos. Dessa forma, fatores familiares, escolares, comunitários exercem influência significativa sobre a forma como os jovens percebem a si mesmos e

enfrentam os desafios cotidianos.

Nesse contexto, torna-se importante compreender que as dificuldades emocionais enfrentadas pelos adolescentes não surgem de maneira isolada. Questões relacionadas à autoestima, à necessidade de aceitação social, às pressões acadêmicas e aos conflitos familiares podem contribuir para o surgimento de sentimentos de ansiedade, tristeza, insegurança e medo. Quando essas demandas não são acolhidas adequadamente, podem comprometer o desenvolvimento saudável e afetar o rendimento escolar, as relações interpessoais e a qualidade de vida dos estudantes.

Ballester et al. (2021) destacam que o ambiente escolar ocupa uma posição estratégica na promoção da saúde mental, pois é um dos principais espaços de convivência dos adolescentes. Além da transmissão de conhecimentos, a escola desempenha um papel fundamental na identificação precoce de situações de sofrimento psíquico, possibilitando intervenções que favoreçam o bem-estar emocional dos estudantes. Nesse sentido, ações educativas, rodas de conversa, atividades de acolhimento e projetos voltados à saúde mental contribuem para fortalecer os vínculos sociais e criar um ambiente mais seguro e inclusivo. Dessa forma, iniciativas como o projeto “Caminhos da Mente” assumem grande relevância ao promover espaços de escuta, diálogo e compartilhamento de experiências. Ao possibilitar que os adolescentes expressem seus sentimentos e compreendam melhor suas emoções, tais ações contribuem para a redução de estigmas relacionados à saúde mental e fortalecem a construção de estratégias de enfrentamento mais saudáveis diante das adversidades vivenciadas no cotidiano.

Nesse cenário, a curricularização da extensão universitária cumpre um papel ético e político fundamental, com a necessidade de fundamentar a inserção da Psicologia no ecossistema escolar, especificamente no Colégio Maria José Aragão, reside na urgência de traduzir a ciência psicológica em uma ferramenta de emancipação social e acolhimento comunitário. O ambiente escolar, embora seja um espaço primordial de socialização e construção do conhecimento, frequentemente reflete e amplifica as pressões estruturais da sociedade tais como a cobrança exacerbada por desempenho acadêmico, os conflitos geracionais no âmbito familiar e as violências cotidianas expressas no fenômeno do bullying que transpõe os muros da academia e conduz o graduando em Psicologia ao encontro da realidade concreta da comunidade. O projeto “Caminhos da Mente: Gestão da Informação para o Fortalecimento da Saúde Mental de Jovens na Comunidade justifica-se, primordialmente, pela premissa de que a informação qualificada é um determinante social de saúde. Muitas vezes, o agravamento do adoecimento psíquico na juventude periférica não decorre apenas da ausência de suporte emocional imediato, mas do desconhecimento generalizado acerca dos caminhos institucionais de acolhimento e dos direitos que resguardam o cidadão.

As intensas oscilações emocionais características da transição da infância para a vida adulta encontram respaldo direto nos estudos contemporâneos da neurobiologia e do desenvolvimento humano. Conforme amplamente documentado, o cérebro adolescente passa por um processo complexo de maturação assincrônica: enquanto o sistema límbico — estrutura responsável pelo processamento das emoções e das respostas de recompensa — desenvolve-se de maneira acelerada, o córtex pré-frontal, encarregado das funções executivas, do controle de impulsos e do julgamento crítico, atinge a maturidade completa apenas no início da idade adulta (Almeida, et al., 2025; Reis, 2025). Esse descompasso maturacional explica o predomínio de respostas emocionais intensas, a vulnerabilidade à pressão dos pares e a propensão a comportamentos impulsivos e de risco (Reis, 2025).

A influência do ambiente escolar sobre a saúde mental dos adolescentes tem sido amplamente discutida na literatura científica. Considerando que os jovens passam uma parcela significativa do seu tempo na escola, as experiências vivenciadas nesse espaço exercem impacto direto sobre seu desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Quando o ambiente escolar é marcado por relações saudáveis, acolhimento e respeito às diferenças, os estudantes tendem a apresentar maior bem-estar psicológico e melhor desempenho acadêmico. Em contrapartida, ambientes caracterizados por conflitos constantes, exclusão social, discriminação e pressão excessiva por resultados podem contribuir para o surgimento ou agravamento de quadros de sofrimento psíquico. Entre os fatores que mais afetam a saúde mental dos adolescentes no contexto escolar, destaca-se o bullying. Essa prática envolve comportamentos agressivos, intencionais e repetitivos que podem ocorrer de forma verbal, física, psicológica ou virtual. As consequências do bullying ultrapassam o momento da agressão, podendo provocar sentimentos de tristeza, baixa autoestima, isolamento social, ansiedade e até mesmo sintomas depressivos. Além disso, estudantes que vivenciam situações recorrentes de violência escolar frequentemente apresentam dificuldades de aprendizagem, redução da participação em atividades acadêmicas e aumento da evasão escolar.

Outro aspecto relevante refere-se à pressão relacionada ao desempenho acadêmico. Muitos adolescentes enfrentam expectativas elevadas provenientes da família, da escola e até de si próprios, especialmente durante o ensino médio, período marcado pela preparação para vestibulares e escolhas profissionais. Conforme destacado por Ballester et al. (2021), a sobrecarga emocional decorrente dessas cobranças pode interferir negativamente na saúde mental dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento de sintomas de estresse, ansiedade e esgotamento emocional. Diante desse cenário, torna-se fundamental que a escola desenvolva estratégias de promoção da saúde mental que ultrapassem a abordagem exclusivamente pedagógica. A implementação de ações preventivas, rodas de conversa, atividades socioemocionais e espaços de escuta qualificada contribui para a construção de um ambiente mais acolhedor e seguro. Além de favorecer o desenvolvimento acadêmico,

essas iniciativas auxiliam na formação integral dos estudantes, fortalecendo habilidades emocionais importantes para o enfrentamento dos desafios presentes e futuros.

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) constitui um importante conjunto de serviços voltados para a promoção, prevenção e cuidado em saúde mental da população. Instituída pelo Ministério da Saúde, a RAPS tem como finalidade garantir o acesso ao atendimento integral e humanizado para pessoas que apresentam sofrimento psíquico ou transtornos mentais, fortalecendo a assistência em diferentes níveis de complexidade. Para os adolescentes, essa rede assume papel fundamental, uma vez que possibilita o acolhimento de demandas emocionais frequentemente presentes durante essa fase do desenvolvimento. Embora muitos jovens enfrentem dificuldades relacionadas à ansiedade, tristeza persistente, estresse, conflitos familiares e problemas de relacionamento, nem sempre possuem conhecimento sobre os locais onde podem buscar ajuda. Em diversas situações, o sofrimento emocional é silencioso e acaba sendo naturalizado, retardando a procura por atendimento especializado. Nesse contexto, a informação torna-se um importante instrumento de promoção da saúde mental, pois permite que os adolescentes conheçam seus direitos e os serviços disponíveis para atendimento e acompanhamento psicológico.

Entre os principais dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial destaca-se o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), serviço especializado no atendimento de crianças e adolescentes que apresentam sofrimento psíquico intenso ou transtornos mentais persistentes. O CAPSi oferece acompanhamento multiprofissional, envolvendo psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e outros profissionais capacitados para promover um cuidado integral aos usuários e suas famílias. Além do atendimento clínico, o serviço desenvolve atividades terapêuticas, grupos de apoio e ações voltadas para a reinserção social dos jovens. Outro recurso importante é o Centro de Valorização da Vida (CVV), que realiza apoio emocional e prevenção do suicídio por meio de atendimento gratuito, sigiloso e disponível durante vinte e quatro horas por dia através do telefone 188. O serviço representa uma alternativa acessível para pessoas que necessitam de acolhimento imediato, funcionando como uma importante rede de escuta para indivíduos em situação de sofrimento emocional.

Além dos serviços especializados, a atenção básica em saúde também desempenha papel relevante na identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as equipes da Estratégia Saúde da Família frequentemente constituem a porta de entrada para os usuários da rede, possibilitando encaminhamentos adequados para serviços especializados quando necessário. Dessa forma, a articulação entre escola, família e serviços de saúde torna-se essencial para garantir um acompanhamento efetivo e contínuo dos adolescentes.

Nesse sentido, o projeto “Caminhos da Mente” buscou contribuir para a democratização do acesso à informação sobre os serviços de saúde mental disponíveis na comunidade. A elaboração e distribuição de materiais informativos permitiram apresentar aos estudantes os principais dispositivos de acolhimento existentes na Rede de Atenção Psicossocial, esclarecendo dúvidas e reduzindo barreiras relacionadas ao desconhecimento dos fluxos de atendimento. Essa iniciativa reforça a compreensão de que a promoção da saúde mental não depende apenas da existência dos serviços, mas também da disseminação de informações que possibilitem à população utilizá-los de maneira consciente e efetiva.

De acordo com Reis (2025), a identificação precoce dos sinais de sofrimento emocional e o encaminhamento adequado para os serviços especializados são fatores fundamentais para a prevenção do agravamento dos problemas de saúde mental entre estudantes. Dessa forma, ações educativas desenvolvidas no ambiente escolar representam importantes estratégias de prevenção, contribuindo para a construção de uma cultura de cuidado, acolhimento e valorização da vida. A Gestão da Informação e do Conhecimento tem se consolidado como uma importante estratégia para a promoção da saúde em diferentes contextos sociais, incluindo o ambiente escolar. De maneira geral, a gestão da informação compreende o processo de obtenção, organização, armazenamento, compartilhamento e utilização de informações relevantes para a tomada de decisões e para a resolução de problemas. Quando aplicada à saúde mental, essa perspectiva possibilita que conhecimentos científicos e informações confiáveis sejam disseminados de forma acessível, contribuindo para a conscientização da população e para a promoção do bem-estar.

No contexto da adolescência, o acesso à informação qualificada torna-se ainda mais relevante devido à grande quantidade de conteúdos disponíveis nas redes sociais e na internet. Muitas vezes, os jovens buscam respostas para suas dúvidas em fontes não confiáveis, que podem reforçar estigmas, preconceitos ou informações equivocadas sobre saúde mental. Nesse sentido, a Gestão da Informação assume um papel estratégico ao facilitar o acesso a conteúdos seguros, baseados em evidências científicas e adequados à realidade dos adolescentes. Além da informação, a Gestão do Conhecimento busca valorizar as experiências, saberes e vivências construídas pelos indivíduos e grupos sociais. Dessa forma, não se trata apenas de transmitir conteúdos, mas também de promover espaços de diálogo e troca de experiências que possibilitem a construção coletiva do conhecimento. No ambiente escolar, essa abordagem favorece a participação ativa dos estudantes, permitindo que eles expressem suas percepções, compartilhem dificuldades e desenvolvam estratégias de enfrentamento para os desafios cotidianos. O projeto “Caminhos da Mente” foi estruturado a partir desses princípios, compreendendo a informação como um instrumento de transformação social e fortalecimento da cidadania. Durante a intervenção realizada no Colégio Maria José Aragão, buscou-se não apenas fornecer orientações sobre saúde mental e serviços de apoio psicológico, mas também em criar oportunidades para

que os adolescentes refletissem sobre suas emoções, identificassem fatores de sofrimento e compartilhassem experiências relacionadas ao seu cotidiano. Essa proposta permitiu que o conhecimento fosse construído de maneira participativa, respeitando as necessidades e particularidades do público atendido.

A distribuição de materiais informativos, a realização das rodas de conversa e a divulgação dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial constituíram importantes estratégias de gestão da informação utilizadas pelo projeto. Essas ações contribuíram para ampliar o conhecimento dos estudantes acerca dos recursos disponíveis para atendimento em saúde mental, favorecendo o acesso a informações confiáveis e estimulando a busca por ajuda quando necessário. Dessa forma, a Gestão da Informação e do Conhecimento demonstra seu potencial como ferramenta de promoção da saúde mental, especialmente em contextos educativos. Ao possibilitar o acesso democrático à informação e incentivar a construção coletiva do conhecimento, essa abordagem contribui para o fortalecimento da autonomia dos adolescentes, para a redução de estigmas relacionados ao sofrimento psíquico e para a construção de uma cultura de cuidado e valorização da vida.

A intervenção realizada no Colégio Maria José Aragão possibilitou uma aproximação significativa entre os acadêmicos e os estudantes participantes, permitindo a identificação de demandas relacionadas à saúde mental presentes no contexto escolar. A atividade foi desenvolvida com adolescentes do ensino médio, por meio de uma metodologia participativa que buscou promover um ambiente acolhedor, seguro e favorável à livre expressão de sentimentos e experiências. Durante a roda de conversa, os estudantes demonstraram interesse em discutir questões relacionadas ao bem-estar emocional, relatando situações que afetam diretamente sua saúde mental. Entre os temas mais recorrentes destacaram-se a ansiedade, as dificuldades enfrentadas no ambiente escolar e os desafios vivenciados por estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os relatos evidenciaram que muitos adolescentes enfrentam dificuldades para lidar com suas emoções e, frequentemente, não encontram espaços adequados para compartilhar suas experiências e buscar orientação. A ansiedade foi identificada como uma das principais demandas apresentadas pelos participantes. Muitos estudantes relataram preocupações relacionadas ao desempenho acadêmico, às expectativas familiares e às incertezas sobre o futuro profissional. Esses fatores demonstram a necessidade de fortalecimento de ações voltadas à promoção da saúde mental no ambiente escolar, considerando que o sofrimento emocional pode impactar significativamente a qualidade de vida e o desempenho educacional dos adolescentes.

Outro aspecto observado durante a atividade foi a relevância das discussões relacionadas à inclusão e às dificuldades enfrentadas por estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Os relatos compartilhados pelos participantes evidenciaram a importância de ampliar o debate sobre diversidade, respeito às diferenças e construção

de ambientes escolares mais inclusivos. Essas discussões contribuíram para sensibilizar os estudantes acerca da necessidade de fortalecer práticas de acolhimento e apoio mútuo dentro da comunidade escolar.

Além da roda de conversa, foram realizadas dinâmicas que estimularam a interação, a participação ativa e o compartilhamento de experiências entre os adolescentes. A utilização dessas estratégias favoreceu o estabelecimento de vínculos e contribuiu para que os participantes se sentissem mais confortáveis para expressar opiniões, sentimentos e dificuldades vivenciadas no cotidiano. A participação dos estudantes durante as atividades demonstrou o interesse pelo tema e a importância da criação de espaços de escuta no contexto educacional. Como forma de reforçar a mensagem trabalhada durante a intervenção, foram distribuídas lembranças contendo mensagens de incentivo e valorização da vida, acompanhadas de um bombom. Também foi oferecido um lanche aos participantes ao final da atividade. Embora simples, essas ações contribuíram para fortalecer o vínculo entre os acadêmicos e os estudantes, promovendo um ambiente de acolhimento, cuidado e respeito.

De modo geral, a intervenção permitiu observar que os adolescentes possuem interesse em discutir questões relacionadas à saúde mental quando encontram espaços seguros para o diálogo. A experiência evidenciou a importância de ações extensionistas voltadas à promoção da saúde mental no ambiente escolar, destacando o papel da Psicologia na construção de estratégias preventivas, educativas e de acolhimento que contribuam para o desenvolvimento saudável dos jovens. A Psicologia Escolar desempenha um papel fundamental na promoção da saúde mental e no desenvolvimento integral dos estudantes. Sua atuação vai além da identificação de dificuldades de aprendizagem, abrangendo também aspectos emocionais, sociais e comportamentais que influenciam diretamente a experiência escolar dos adolescentes. Nesse contexto, o psicólogo atua como mediador de processos que favorecem o bem-estar, o fortalecimento de vínculos e a construção de ambientes mais acolhedores e inclusivos.

Durante a adolescência, os estudantes vivenciam mudanças significativas que podem gerar inseguranças, conflitos internos e dificuldades de adaptação. Dessa forma, a presença de ações fundamentadas nos conhecimentos da Psicologia contribui para a identificação precoce de situações de sofrimento psíquico, possibilitando intervenções preventivas e estratégias de apoio adequadas às necessidades dos jovens. Além disso, o acompanhamento psicológico pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades socioemocionais importantes para o enfrentamento dos desafios cotidianos.

A escola constitui um espaço privilegiado para a promoção da saúde mental, pois reúne diariamente adolescentes que se encontram em diferentes contextos familiares, sociais e econômicos. Nesse cenário, a Psicologia Escolar contribui para a construção de práticas educativas que valorizem a escuta, o diálogo, o respeito às diferenças e a resolução

saudável de conflitos. Essas ações favorecem não apenas o bem-estar individual dos estudantes, mas também a melhoria do clima escolar e das relações interpessoais.

Outro aspecto importante refere-se ao trabalho desenvolvido junto aos professores, gestores e familiares. Muitas vezes, sinais de sofrimento emocional são interpretados apenas como problemas disciplinares ou dificuldades de aprendizagem. A atuação do psicólogo possibilita uma compreensão mais ampla dessas situações, auxiliando a comunidade escolar na construção de estratégias de acolhimento e encaminhamento quando necessário.

A experiência vivenciada por meio do projeto “Caminhos da Mente” evidenciou a relevância da Psicologia como instrumento de promoção da saúde mental no ambiente escolar. A realização das rodas de conversa, das dinâmicas e das atividades de sensibilização permitiu que os estudantes encontrassem um espaço de escuta e reflexão sobre suas emoções. Essas ações demonstram que iniciativas preventivas e educativas podem contribuir significativamente para o fortalecimento da saúde mental dos adolescentes e para a construção de uma cultura de cuidado dentro das instituições de ensino. A família constitui um dos principais contextos de desenvolvimento humano, exercendo influência significativa sobre a formação emocional, social e comportamental dos adolescentes. Desde a infância, as relações familiares contribuem para a construção da autoestima, da identidade e das formas de enfrentamento das dificuldades cotidianas. Durante a adolescência, período marcado por intensas transformações físicas, cognitivas e emocionais, o apoio familiar torna-se ainda mais relevante para o fortalecimento da saúde mental. As mudanças características dessa fase podem gerar conflitos, inseguranças e dúvidas que exigem dos adolescentes uma constante adaptação. Nesse contexto, famílias que oferecem acolhimento, diálogo e suporte emocional tendem a favorecer o desenvolvimento saudável dos jovens. Por outro lado, ambientes familiares marcados por conflitos frequentes, comunicação deficiente, negligência ou excesso de cobranças podem contribuir para o surgimento de sofrimento emocional e dificuldades de adaptação.

De acordo com Almeida et al. (2025), a forma como os indivíduos aprendem a reconhecer, compreender e expressar suas emoções está diretamente relacionada às experiências vivenciadas em seus contextos de socialização, especialmente no ambiente familiar. Os modelos de comportamento observados ao longo da vida influenciam a maneira como os adolescentes lidam com sentimentos como tristeza, medo, ansiedade e frustração.

Além disso, a família desempenha um papel importante na identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico. Mudanças bruscas de comportamento, isolamento social, alterações no sono, dificuldades escolares e manifestações frequentes de tristeza ou irritabilidade podem indicar a necessidade de atenção especializada. Quando os familiares conseguem reconhecer esses sinais e buscar ajuda adequada, aumentam as possibilidades de intervenção precoce e prevenção do agravamento dos problemas emocionais.

No contexto da saúde mental, a parceria entre família, escola e serviços de saúde é fundamental para garantir um acompanhamento integral dos adolescentes. A construção dessa rede de apoio favorece o acolhimento das demandas emocionais dos jovens e contribui para a promoção de estratégias de cuidado mais efetivas. Dessa forma, fortalecer os vínculos familiares e estimular práticas de diálogo e escuta representam importantes ações de promoção da saúde mental na adolescência. As ações preventivas em saúde mental desenvolvidas no ambiente escolar possuem grande relevância para a promoção do bem-estar dos adolescentes. Considerando que a escola é um dos principais espaços de convivência social durante essa fase da vida, torna-se fundamental a implementação de estratégias que favoreçam a identificação precoce de dificuldades emocionais e a construção de redes de apoio capazes de acolher os estudantes em situações de vulnerabilidade.

A prevenção em saúde mental não se restringe à identificação de transtornos psicológicos, mas envolve também a promoção de fatores de proteção que contribuam para o desenvolvimento saudável dos indivíduos. Entre esses fatores destacam-se o fortalecimento dos vínculos sociais, a valorização do diálogo, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a ampliação do acesso à informação qualificada. Tais elementos auxiliam os adolescentes na compreensão de suas emoções e na construção de estratégias mais adequadas para enfrentar os desafios cotidianos. Nesse contexto, atividades educativas como palestras, oficinas, rodas de conversa e dinâmicas em grupo representam importantes instrumentos de prevenção. Essas ações permitem que os estudantes expressem sentimentos, compartilhem experiências e adquiram conhecimentos sobre saúde mental de maneira acessível e participativa. Além disso, contribuem para a redução de preconceitos relacionados ao sofrimento psíquico e incentivam a busca por ajuda quando necessário. A experiência desenvolvida por meio do projeto “Caminhos da Mente” demonstrou que os adolescentes respondem positivamente quando encontram espaços seguros para dialogar sobre suas emoções e dificuldades. A participação ativa dos estudantes durante as atividades evidenciou a necessidade de ampliar iniciativas voltadas para a promoção da saúde mental no ambiente escolar, fortalecendo práticas de acolhimento e prevenção.

Conforme apontam Almeida et al. (2025), reconhecer, compreender e expressar emoções constitui um processo essencial para o desenvolvimento saudável durante a adolescência. Dessa forma, investir em ações preventivas significa não apenas reduzir situações de sofrimento emocional, mas também promover autonomia, autoestima e qualidade de vida entre os jovens. A escola, em parceria com a família, os serviços de saúde e a comunidade, possui papel fundamental na construção de ambientes que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes e a valorização da saúde mental.

CONCLUSÃO

A adolescência constitui uma etapa fundamental do desenvolvimento humano, marcada por intensas transformações físicas, emocionais, cognitivas e sociais. Ao longo deste estudo, foi possível compreender que os desafios vivenciados pelos adolescentes podem influenciar significativamente sua saúde mental, tornando necessária a implementação de estratégias de promoção, prevenção e acolhimento que favoreçam seu desenvolvimento integral. Questões como ansiedade, insegurança, conflitos interpessoais, pressões acadêmicas e dificuldades relacionadas à inclusão demonstram a complexidade das demandas enfrentadas por esse público e reforçam a importância da construção de redes de apoio eficazes. A escola destaca-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde mental, uma vez que desempenha papel fundamental na formação dos adolescentes e na construção de vínculos sociais. Quando associadas a práticas de escuta, acolhimento e valorização das experiências dos estudantes, as instituições de ensino tornam-se importantes agentes de prevenção do sofrimento psíquico e fortalecimento do bem-estar emocional. Nesse contexto, a Gestão da Informação e do Conhecimento mostrou-se uma importante ferramenta para a democratização do acesso a informações qualificadas sobre saúde mental e serviços de apoio disponíveis na comunidade. A disseminação de informações confiáveis possibilita que os adolescentes conheçam seus direitos, reconheçam sinais de sofrimento emocional e busquem ajuda quando necessário, contribuindo para a promoção da autonomia e do cuidado consigo mesmos. A experiência proporcionada pelo projeto “Caminhos da Mente” permitiu identificar demandas relacionadas à saúde mental entre os estudantes participantes, especialmente questões associadas à ansiedade e às dificuldades enfrentadas por adolescentes com Transtorno do Espectro Autista. As rodas de conversa, dinâmicas e atividades desenvolvidas favoreceram a construção de um ambiente acolhedor, no qual os jovens puderam expressar sentimentos, compartilhar experiências e refletir sobre suas vivências de forma segura e respeitosa.

Dessa forma, conclui-se que iniciativas extensionistas voltadas para a promoção da saúde mental no ambiente escolar possuem grande relevância social, educativa e comunitária. Além de aproximar a universidade da realidade da população, essas ações contribuem para a formação acadêmica dos estudantes envolvidos e para o fortalecimento de práticas de cuidado e prevenção. Recomenda-se que projetos semelhantes sejam ampliados e desenvolvidos continuamente, fortalecendo a articulação entre escola, família, comunidade e serviços de saúde, de modo a promover uma cultura de acolhimento, inclusão e valorização da vida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lívia Maria de; SILVA, Maria Teresa Amaral; GOMES, Millena Mendonça; MENDES, Rayla Franciele Alves; SANTOS, Virgínia Lopes Otoni dos. Reconhecer, sentir e expressar: emoções na adolescência. *Revista Projetos Extensionistas*, Pará de Minas, v. 3, n. 1, p. 1-12, ago./dez. 2025.
- BALLESTER, D. A. et al. Saúde mental na escola: resultados preliminares de uma ação entre professores e alunos do ensino fundamental. *Expressa Extensão*, v. 26, n. 2, p. 131-139, 2021.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.
- CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA (CVV). Apoio emocional e prevenção do suicídio. São Paulo: CVV, [s.d.].
- IBGE (2007): INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contagem da População 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- FORMIGLI, COSTA e PORTO (2000): FORMIGLI, Vânia Luiza Alves; COSTA, Maria Conceição Oliveira; PORTO, Lauro Antonio. Avaliação de um serviço de atenção à saúde do adolescente. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 831-841, jul./set. 2000.
- OMS(1965): WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Health Problems of Adolescence: report of a WHO Expert Committee. Geneva: World Health Organization, 1965. (WHO Technical Report Series, n. 308).
- REIS, Aline Henriques. Saúde mental na escola: identificação e acolhimento dos estudantes. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2025. E-book
- SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 227-234, abr./jun. 2010.
- YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Psicologia e políticas sociais: temas em debate. Belém: EDUFPA, 2010.

CAPÍTULO V

DIREITOS HUMANOS, POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ EM SITUAÇÃO DE RUA E A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Danielly Moraes Marinho Goiabeira

Denalyn de Jesus Araújo Santos

Gabriele Coelho Vinhas

Géssica Rocha Rodrigues

Iraelma Maria Uchôa Mendes

Karla Vitória Amorim da Silva

Laís Dutra Felisberto

Lindinalva Mata Marques

Ruth Stéphaney Silva Carvalho

Caroline França Madeira

Cláudia Waleska de Lima Barros

Elyoneida Maria de Moraes Ávila

Luciane Fontinelle

Iolanda Bezerra dos Santos Brandã

Faculdade Laboro, MA

RESUMO

A população LGBTQIAPN+ historicamente enfrenta processos de exclusão social, discriminação e violações de direitos humanos. Quando essas vivências se associam à situação de rua, as vulnerabilidades tornam-se ainda mais intensas, afetando o acesso à saúde, à proteção social e à garantia da cidadania. Este estudo tem como objetivo discutir a relação entre direitos humanos, população LGBTQIAPN+ em situação de rua, saúde mental e atuação da Psicologia, destacando o papel da extensão universitária como estratégia de promoção da inclusão social. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, fundamentada em produções científicas e documentos institucionais que abordam direitos humanos, diversidade sexual e de gênero, saúde mental e políticas públicas. Os resultados evidenciam que a discriminação, a rejeição familiar e a violência institucional contribuem para processos de exclusão social, sofrimento psíquico e vulnerabilidade. Conclui-se que a efetivação dos direitos da população LGBTQIAPN+ exige ações articuladas entre Estado, sociedade, profissionais e instituições de ensino, por meio de políticas públicas, práticas acolhedoras e iniciativas extensionistas comprometidas com os direitos humanos

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Direitos Humanos; Situação de Rua; Saúde Mental; Extensão Universitária

INTRODUÇÃO

A garantia dos direitos humanos constitui um dos principais fundamentos para a promoção da dignidade humana e para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Embora importantes avanços legais e sociais tenham sido conquistados ao longo das últimas décadas, diferentes grupos sociais ainda enfrentam obstáculos significativos para o acesso pleno aos direitos fundamentais. Entre esses grupos, destaca-se a população LGBTQIAPN+, que historicamente tem vivenciado processos de discriminação, violência e exclusão social decorrentes de preconceitos relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero. No contexto brasileiro, apesar dos avanços promovidos por movimentos sociais, políticas públicas e marcos normativos voltados à promoção da diversidade e ao enfrentamento da discriminação, a população LGBTQIAPN+ continua exposta a situações de vulnerabilidade que afetam diferentes dimensões da vida social. Essas vulnerabilidades tornam-se ainda mais evidentes quando associadas à condição de rua, realidade marcada pela fragilização dos vínculos familiares, pela ausência de moradia, pela insegurança social e pela dificuldade de acesso a serviços essenciais. Nesses casos, as experiências de exclusão social frequentemente são agravadas por preconceitos relacionados à sexualidade e ao gênero, ampliando as desigualdades já existentes. A situação de rua representa uma expressão complexa da questão social e não pode ser compreendida apenas como resultado de dificuldades econômicas. Diversos estudos apontam que fatores como rejeição familiar, violência doméstica, discriminação e rompimento de vínculos afetivos estão entre os elementos que contribuem para o ingresso e a permanência de pessoas LGBTQIAPN+ nessa condição. Dessa forma, compreender a realidade dessa população exige uma análise que considere tanto os determinantes sociais da exclusão quanto os impactos produzidos pelas desigualdades relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero.

Além dos desafios relacionados à garantia de direitos, a literatura científica evidencia que a exposição contínua à discriminação, à violência e à exclusão social produz impactos significativos na saúde mental da população LGBTQIAPN+. Experiências de preconceito e rejeição podem contribuir para o desenvolvimento de sofrimento psíquico, ansiedade, depressão e outras formas de adoecimento emocional. Quando associadas à situação de rua, essas experiências tendem a ser intensificadas, evidenciando a necessidade de estratégias de cuidado que considerem as especificidades e vulnerabilidades desse grupo social.

Nesse cenário, a atuação da Psicologia assume papel relevante na promoção dos direitos humanos e na construção de práticas de cuidado comprometidas com a valorização da diversidade e com o enfrentamento das desigualdades sociais. Da mesma forma, a extensão universitária apresenta-se como uma importante ferramenta de aproximação entre universidade e comunidade, possibilitando a construção de espaços de acolhimento, escuta e promoção da cidadania junto a populações historicamente marginalizadas.

Diante dessas considerações, o presente trabalho tem como objetivo discutir as relações entre direitos humanos, população LGBTQIAPN+ em situação de rua, saúde mental e acesso às políticas públicas, destacando as contribuições da Psicologia e da extensão universitária para a promoção da cidadania e da dignidade humana. Busca-se, ainda, refletir sobre os desafios enfrentados por essa população e sobre a importância da construção de práticas sociais, institucionais e profissionais comprometidas com a garantia de direitos e com a redução das desigualdades sociais.

Direitos Humanos e a População LGBTQIAPN+

Historicamente, a busca pela dignidade humana e pela garantia de condições adequadas de vida impulsionou a construção de diversos direitos reconhecidos em constituições nacionais e documentos internacionais. Nesse contexto, os direitos humanos consolidaram-se como instrumentos fundamentais para a proteção da pessoa humana e para a promoção da igualdade social. Segundo Grubba e Rodrigues (2022), o conceito contemporâneo de direitos humanos resulta de um processo histórico, cultural e jurídico desenvolvido principalmente no Ocidente, alcançando maior fortalecimento após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. A partir desse marco, os direitos humanos passaram a ocupar posição central nas discussões relacionadas à proteção da dignidade humana e ao enfrentamento de diferentes formas de discriminação.

No âmbito das discussões sobre diversidade sexual e de gênero, Grubba e Rodrigues (2022) destacam que as pautas relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero permaneceram durante décadas marginalizadas nos organismos internacionais. Contudo, a partir da década de 1990, a ONU passou a reconhecer que a discriminação sofrida por pessoas LGBTQIAPN+ constitui uma violação dos direitos humanos. Esse reconhecimento foi consolidado em 2011 por meio da resolução “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero”, considerada um marco importante para a ampliação da visibilidade dessa população e para o fortalecimento de ações voltadas ao combate à violência, ao preconceito e à exclusão social. No Brasil, a proteção dos direitos da população LGBTQIAPN+ está diretamente vinculada aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não discriminação. Conforme aponta Fraga et al. (2022), a ampliação dos direitos dessa população ocorreu de forma gradual, impulsionada tanto por movimentos sociais quanto pela implementação de políticas públicas destinadas à promoção da cidadania e da inclusão social. Nesse processo, ações afirmativas e programas governamentais contribuíram para ampliar o acesso a direitos fundamentais relacionados à saúde, à educação, ao trabalho e à assistência social.

Os movimentos sociais LGBTQIAPN+ desempenharam papel essencial na construção dessas conquistas. Segundo Fraga et al. (2022), desde a década de 1970, organizações e

coletivos atuam na reivindicação de direitos, na denúncia de violências e na promoção da igualdade. Como resultado dessas mobilizações, foram desenvolvidas políticas públicas importantes, entre elas o Programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004, que buscou fortalecer ações de combate à discriminação e ampliar o acesso dessa população às políticas sociais. Tais iniciativas contribuíram significativamente para o reconhecimento da cidadania LGBTQIAPN+ e para o enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas. No campo da saúde, os avanços também foram resultado de processos de reivindicação social e de transformações na compreensão da saúde enquanto direito humano. De acordo com Ferreira e Nascimento (2022), as políticas de saúde voltadas à população LGBTQIAPN+ surgiram como resposta às desigualdades historicamente vivenciadas por esse grupo, buscando assegurar os princípios da universalidade, integralidade e equidade previstos no Sistema Único de Saúde (SUS). A construção dessas políticas esteve associada tanto à atuação dos movimentos sociais quanto ao fortalecimento do SUS e à defesa de uma concepção ampliada de saúde. Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, Ferreira e Nascimento (2022) ressaltam que a efetivação dessas políticas ainda encontra obstáculos relacionados a fatores sociais, políticos e institucionais. Barreiras como preconceito, discriminação e dificuldades de acesso aos serviços públicos continuam comprometendo a garantia plena dos direitos da população LGBTQIAPN+, evidenciando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e da atuação dos diversos setores responsáveis pela promoção da cidadania.

Nesse sentido, Fraga et al. (2022) destacam que a permanência de situações de violência, discriminação e exclusão social demonstra que os avanços conquistados ainda não foram suficientes para assegurar a plena efetivação dos direitos dessa população. Casos recorrentes de preconceito e violações de direitos evidenciam a necessidade de ampliar mecanismos de proteção social, fortalecer políticas públicas inclusivas e promover ações educativas voltadas para o respeito à diversidade sexual e de gênero. Dessa forma, a defesa dos direitos humanos permanece como elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva. Garantir o respeito à diversidade, combater práticas discriminatórias e assegurar o acesso igualitário aos direitos fundamentais constituem desafios permanentes para o Estado, para as instituições e para a sociedade como um todo. Nesse contexto, a promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+ representa não apenas uma demanda específica desse grupo, mas um compromisso coletivo com os princípios da dignidade humana e da justiça social.

População LGBTQIAPN+ em Situação de Rua: Exclusão Social e Vulnerabilidades

A população em situação de rua representa um dos grupos mais vulnerabilizados

da sociedade brasileira, vivenciando diariamente processos de exclusão social, negação de direitos e fragilização dos vínculos sociais. Segundo Campos et al. (2019), a população em situação de rua é caracterizada por múltiplas desigualdades, sendo atravessada por fatores econômicos, sociais, culturais e políticos que contribuem para processos contínuos de marginalização. Trata-se de uma realidade marcada pela pobreza extrema, pela instabilidade das condições de vida e pelo acesso limitado a serviços essenciais.

Nesse cenário, a presença de pessoas LGBTQIAPN+ amplia ainda mais as camadas de vulnerabilidade. Isso ocorre porque, além das dificuldades relacionadas à ausência de moradia e à precariedade das condições materiais de existência, essa população também enfrenta situações recorrentes de preconceito, discriminação e violência associadas à orientação sexual e à identidade de gênero. Dessa forma, os processos de exclusão tornam-se mais complexos e produzem impactos significativos na trajetória de vida desses sujeitos.

De acordo com Campos et al. (2019), as identidades de gênero e as orientações sexuais influenciam diretamente as experiências vivenciadas pelas pessoas em situação de rua. Em muitos casos, a revelação da orientação sexual ou da identidade de gênero desencadeia conflitos familiares que resultam em rejeição, discriminação e rompimento dos vínculos afetivos. Essas experiências contribuem para o afastamento do ambiente familiar e podem favorecer a permanência nas ruas ou em instituições de acolhimento temporário. A ruptura dos vínculos familiares constitui um dos principais fatores associados à vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+ em situação de rua. Conforme Campos et al. (2019), a exclusão familiar decorrente da não aceitação da orientação sexual ou da identidade de gênero frequentemente se configura como elemento determinante para o ingresso e a permanência nas ruas. Além das dificuldades materiais decorrentes desse rompimento, essas experiências também afetam aspectos emocionais importantes, como autoestima, segurança emocional e construção de vínculos sociais. Segundo Campos et al. (2019), a população em situação de rua caracteriza-se pela pobreza extrema, pela fragilização ou interrupção dos vínculos familiares e pela ausência de moradia convencional regular. Quando essa realidade se articula às vivências LGBTQIAPN+, observa-se uma intensificação dos processos de exclusão social. Isso ocorre porque a discriminação relacionada à orientação sexual ou à identidade de gênero dificulta o acesso a redes de apoio, proteção social, oportunidades de trabalho e serviços de saúde.

A complexidade dessa realidade pode ser observada nas trajetórias de travestis e pessoas trans em situação de rua. De acordo com Dias et al. (2015), essas trajetórias são marcadas por processos contínuos de invisibilidade social, nos quais a identidade de gênero se torna um elemento central para a exclusão familiar e institucional. Nesses casos, a rua não pode ser compreendida apenas como consequência da pobreza, mas também como resultado de processos históricos de discriminação, preconceito e negação de direitos.

A análise realizada por Dias et al. (2015) evidencia que a exclusão vivenciada por travestis e pessoas trans ultrapassa a dimensão econômica. Trata-se de um fenômeno que envolve também a negação do reconhecimento social, a dificuldade de acesso às políticas públicas e a fragilidade das redes de proteção. Dessa forma, observa-se que a população LGBTQIAPN+ situação de rua enfrenta simultaneamente processos de exclusão social e exclusão identitária, que se reforçam mutuamente e ampliam as condições de vulnerabilidade. Além da ruptura familiar, outros fatores contribuem para a permanência dessa população em contextos de extrema vulnerabilidade. Segundo Campos et al. (2019), a discriminação e o preconceito dificultam a inserção social e o acesso a oportunidades que poderiam favorecer a superação da condição de rua. Como consequência, muitas pessoas LGBTQIAPN+ permanecem expostas a condições precárias de sobrevivência, violência e exclusão social. Dessa forma, compreender a realidade da população LGBTQIAPN+ em situação de rua exige considerar não apenas os aspectos econômicos relacionados à pobreza, mas também os impactos produzidos pela discriminação, pela rejeição familiar e pela negação de direitos. A articulação entre essas diferentes dimensões evidencia a complexidade das vulnerabilidades enfrentadas por essa população e reforça a necessidade de políticas públicas capazes de promover inclusão social, proteção de direitos e acesso efetivo às redes de cuidado e assistência.

Saúde Mental e Impactos Psicossociais

Os impactos da discriminação e da exclusão social refletem-se diretamente na saúde mental da população LGBTQIAPN+. A vivência constante de situações de preconceito, violência e rejeição produz efeitos significativos sobre o bem-estar psicológico, contribuindo para o surgimento de sofrimento psíquico e para o agravamento de condições emocionais já existentes. Nesse contexto, a saúde mental deve ser compreendida como uma dimensão diretamente influenciada pelas condições sociais, culturais e institucionais às quais os indivíduos estão expostos. Segundo Gontijo et al. (2024), a experiência contínua de preconceito, violência e rejeição está associada ao aumento de sintomas de ansiedade, depressão e sofrimento psíquico. Essas experiências produzem sentimentos de insegurança, desamparo, medo e isolamento social, comprometendo significativamente a qualidade de vida da população LGBTQIAPN+. Além disso, a recorrência dessas vivências pode impactar negativamente a construção da autoestima e a percepção de pertencimento social.

De acordo com Sales e Lopes (2023), pessoas LGBTQIAPN+ apresentam maior vulnerabilidade ao adoecimento mental em razão da exposição frequente a situações de discriminação e estigmatização. Quando associadas à fragilização dos vínculos familiares e à exclusão social, essas experiências tendem a intensificar quadros de sofrimento emocional e a dificultar a busca por apoio psicológico e serviços de saúde. Dessa forma, fatores sociais e relacionais desempenham papel central na compreensão dos processos de adoecimento mental dessa população.

Quando se trata de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua, os impactos sobre a saúde mental tornam-se ainda mais expressivos. A ruptura dos vínculos familiares, a insegurança cotidiana, a exposição constante à violência e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde mental constituem fatores que podem agravar significativamente o sofrimento psíquico. Nesses contextos, a ausência de suporte social e de espaços seguros para acolhimento contribui para o aprofundamento das vulnerabilidades emocionais.

Outro aspecto relevante refere-se à ideação suicida e ao comportamento suicida. Conforme Guimarães et al. (2022), fatores como preconceito, violência, rejeição familiar e ausência de suporte social figuram entre os principais elementos relacionados ao risco de suicídio na população LGBTQIA+. Tais condições favorecem sentimentos de desesperança, solidão e desvalorização pessoal, especialmente em contextos marcados pela exclusão social e pela vulnerabilidade econômica. A relação entre rejeição familiar e sofrimento psíquico também merece destaque. Segundo Dias et al. (2015), a ruptura dos vínculos familiares motivada pela não aceitação da identidade de gênero e da orientação sexual produz sentimentos de abandono, exclusão e sofrimento emocional intenso. Além dos impactos subjetivos, esse processo também compromete o acesso a direitos fundamentais, uma vez que a fragilização dos vínculos sociais reduz a inserção em redes formais e informais de proteção. Sob a perspectiva psicológica, os processos de discriminação, exclusão social e rejeição familiar podem produzir impactos significativos na constituição subjetiva das pessoas LGBTQIAPN+. A vivência contínua de situações de preconceito tende a comprometer o sentimento de pertencimento social, a autoestima e a construção da identidade, favorecendo experiências de sofrimento emocional. Nesse sentido, compreender os efeitos subjetivos das desigualdades torna-se fundamental para o desenvolvimento de práticas de cuidado que considerem não apenas as condições materiais de vulnerabilidade, mas também os aspectos emocionais e relacionais envolvidos na trajetória desses sujeitos. Essa compreensão encontra respaldo na teoria do estresse de minorias proposta por Meyer (2003). Segundo o autor, experiências de estigma, preconceito e discriminação produzem um estresse adicional que impacta negativamente a saúde mental de minorias sexuais. Dessa forma, o sofrimento vivenciado por pessoas LGBTQIAPN+ não pode ser analisado exclusivamente a partir de características individuais, mas deve ser compreendido em relação aos contextos sociais marcados pela discriminação e pela desigualdade.

Diante desse cenário, torna-se fundamental o fortalecimento de políticas públicas e de estratégias de cuidado que promovam acolhimento, proteção social e acesso integral à saúde mental. A construção de espaços seguros e livres de discriminação representa um elemento essencial para a promoção do bem-estar psicológico e para a redução dos impactos produzidos pelas desigualdades sociais sobre a vida da população LGBTQIAPN+.

Violência, Interseccionalidade e Direitos Sociais

A realidade vivenciada pela população LGBTQIAPN+ em situação de rua é marcada por diferentes formas de violência e violações de direitos. Nesse contexto, a rua pode ser compreendida não apenas como ausência de moradia, mas também como um espaço de

exposição constante à discriminação, à exclusão social e à insegurança. Conforme Campos et al. (2019), a condição de rua está associada a múltiplas formas de vulnerabilidade que afetam diretamente a proteção social e o acesso aos direitos fundamentais.

Segundo Campos et al. (2019), a população LGBTQIAPN+ em situação de rua apresenta uma relação frequentemente comprometida com os serviços públicos e indicadores sociais mais desfavoráveis quando comparada à população heterossexual que vivencia a mesma condição. Essa realidade evidencia que a vulnerabilidade não ocorre de maneira isolada, mas resulta da combinação entre pobreza, preconceito, discriminação institucional e desproteção social. De acordo com Campos et al. (2019), a rua pode ser compreendida como um espaço de exposição constante a diferentes formas de violência. Entre elas destacam-se a violência física, psicológica, simbólica e institucional, que atingem de forma mais intensa pessoas LGBTQIAPN+ em razão de suas identidades de gênero e orientações sexuais. Essas agressões produzem impactos que ultrapassam os danos imediatos, contribuindo para a manutenção de processos históricos de exclusão e marginalização.

Outro aspecto relevante refere-se à análise interseccional das desigualdades sociais. Conforme Barboza (2023), a interseccionalidade possibilita compreender como diferentes marcadores sociais, como raça, gênero, sexualidade e classe social, articulam-se na produção de experiências específicas de opressão e vulnerabilidade. Essa perspectiva torna-se especialmente importante para compreender a realidade da população LGBTQIAPN+ em situação de rua, uma vez que esses sujeitos frequentemente vivenciam múltiplas formas de discriminação simultaneamente. Sob essa perspectiva, pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua não enfrentam apenas uma forma isolada de exclusão. Ao contrário, suas experiências são atravessadas por diferentes processos de marginalização que se acumulam e potencializam os efeitos das desigualdades sociais. Dessa forma, a discriminação relacionada à orientação sexual e à identidade de gênero soma-se, muitas vezes, às desigualdades raciais e econômicas, ampliando as dificuldades de acesso à proteção institucional.

Campos et al. (2019) destaca ainda que a rua é frequentemente apresentada como um espaço de intensa violência contra pessoas LGBTQIAPN+, especialmente quando associada a aspectos interseccionais relacionados à raça e à condição socioeconômica. As agressões podem ocorrer de maneira verbal, psicológica, institucional e física, configurando graves violações de direitos humanos e, em situações extremas, resultando em mortes.

As trajetórias de travestis e pessoas trans ilustram de forma significativa esses processos de exclusão. Conforme Dias et al. (2015), essas trajetórias são atravessadas por categorias como família, afeto, trabalho e violência institucional. Tais dimensões demonstram que a exclusão vivenciada por essa população não se limita ao espaço da rua,

mas frequentemente se inicia no ambiente familiar e se prolonga nas instituições sociais, nos serviços públicos e nas relações cotidianas.

Sob a perspectiva dos direitos sociais, pessoas trans enfrentam processos históricos de exclusão e apagamento social. Essas populações encontram-se mais expostas a diferentes formas de violência, incluindo conflitos familiares, expulsão do lar, discriminação escolar e dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Como consequência, tornam-se mais vulneráveis ao desenvolvimento de transtornos mentais, à exposição ao vírus da imunodeficiência humana (HIV) e ao risco de suicídio. Nesse sentido, Almeida (2012) destaca que pessoas trans frequentemente vivenciam conflitos relacionados ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento e às expectativas sociais construídas em torno dele. A construção da identidade de gênero ocorre, portanto, em contextos permeados por tensões sociais, preconceitos e processos de exclusão que influenciam diretamente suas trajetórias de vida. Desse modo, a experiência de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua evidencia a profundidade das desigualdades sociais e das violações de direitos ainda presentes na sociedade. A falta de apoio familiar, a exclusão institucional e a exposição constante à violência demonstram a necessidade de ações que promovam proteção social, acesso a direitos e reconhecimento da diversidade humana. Compreender essas experiências a partir de uma perspectiva interseccional torna-se fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e comprometidas com a promoção da dignidade humana.

Acesso à Saúde e Atuação da Psicologia

O acesso à saúde constitui um direito fundamental assegurado constitucionalmente, entretanto, a população LGBTQIAPN+ ainda enfrenta diversas barreiras para a efetivação desse direito. Entre os principais obstáculos encontram-se o preconceito institucional, a falta de acolhimento qualificado e a insuficiente capacitação de alguns profissionais para lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Essas dificuldades contribuem para o afastamento dessa população dos serviços de saúde e comprometem a qualidade do cuidado oferecido. Segundo Lopes et al. (2023), a falta de acolhimento qualificado, associada ao preconceito institucional e à insuficiente formação profissional, pode dificultar a busca por atendimento. Dessa forma, o serviço público, que deveria representar um espaço de proteção e cuidado, pode tornar-se também um local de exclusão quando não reconhece as especificidades e necessidades da população LGBTQIAPN+.

Além disso, o acolhimento dessa população nos serviços de saúde depende diretamente da formação dos profissionais e da capacidade de estabelecer vínculos pautados no respeito, na escuta qualificada e na valorização das singularidades dos usuários. Conforme Lopes et al. (2023), a ausência de preparo adequado contribui para a fragilidade do cuidado e para o afastamento da população LGBTQIAPN+ dos serviços públicos de saúde. Nesse sentido, torna-se indispensável investir em processos formativos que contemplem discussões sobre

orientação sexual, identidade de gênero, direitos humanos e equidade em saúde.

As dificuldades de acesso aos serviços de saúde tornam-se ainda mais evidentes quando se trata de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua. Segundo Campos et al. (2019), experiências discriminatórias nos serviços de saúde fazem com que muitas pessoas optem por realizar o cuidado entre si, evitando procurar atendimento profissional. Essa realidade evidencia que o preconceito institucional pode produzir impactos significativos na adesão aos tratamentos e na busca por assistência à saúde. Sob a perspectiva psicológica, os processos de discriminação, exclusão social e rejeição familiar produzem efeitos importantes na constituição subjetiva das pessoas LGBTQIAPN+. A vivência contínua de situações de preconceito compromete o sentimento de pertencimento social, a autoestima e a construção identitária, favorecendo experiências de sofrimento emocional. Dessa forma, compreender os impactos subjetivos das desigualdades sociais torna-se fundamental para a construção de práticas de cuidado que considerem não apenas as condições materiais de vulnerabilidade, mas também os aspectos emocionais e relacionais presentes nas trajetórias desses sujeitos.

Nesse contexto, a Psicologia possui papel fundamental na promoção dos direitos humanos e no enfrentamento das desigualdades sociais que afetam a população LGBTQIAPN+. De acordo com Damasceno Netto e Raserá (2024), o cuidado psicológico direcionado à população LGBTI+ exige uma postura profissional afirmativa, sensível e comprometida com a promoção de mudanças sociais. Os autores ressaltam ainda que documentos profissionais da Psicologia reforçam a necessidade de autoavaliação constante por parte dos profissionais, bem como o reconhecimento dos impactos históricos que a própria Psicologia exerceu sobre a vida dessa população. Assim, o cuidado psicológico deve estar livre de práticas discriminatórias, preconceituosas ou patologizantes, sendo fundamentado no respeito à diversidade humana e na valorização das diferentes formas de existência. Essa perspectiva contribui para a construção de espaços terapêuticos mais acolhedores e comprometidos com a promoção da dignidade humana. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2023), a atuação profissional com pessoas LGBTQIAPN+ deve estar fundamentada em princípios éticos, científicos e comprometidos com os direitos humanos. Nesse sentido, a Psicologia não deve reproduzir práticas de exclusão ou patologização das identidades sexuais e de gênero, mas atuar na promoção do acolhimento, da cidadania e da garantia de direitos. Tal orientação torna-se especialmente relevante quando se trata de populações em situação de vulnerabilidade social, cuja trajetória é marcada por múltiplas formas de exclusão. Dessa forma, a atuação psicológica comprometida com os direitos humanos deve reconhecer os impactos produzidos pelas desigualdades sociais, contribuindo para o fortalecimento da autonomia, da cidadania e do acesso à rede de proteção social. A escuta qualificada, o acolhimento e a atuação crítica constituem instrumentos fundamentais para a promoção do cuidado integral e para o enfrentamento

das diversas formas de discriminação ainda presentes na sociedade.

Extensão Universitária, Casa Florescer e Promoção dos Direitos Humanos

A extensão universitária constitui um importante instrumento de aproximação entre universidade e sociedade, possibilitando o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da cidadania, da inclusão social e dos direitos humanos. Por meio das atividades extensionistas, torna-se possível compreender demandas sociais concretas, fortalecer vínculos comunitários e desenvolver intervenções alinhadas às necessidades dos grupos atendidos. Nesse contexto, os projetos de extensão universitária assumem papel estratégico na promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+, especialmente quando direcionados a grupos em situação de vulnerabilidade social. A extensão universitária favorece a construção de espaços de diálogo, acolhimento e troca de saberes, contribuindo para a democratização do conhecimento e para o fortalecimento das redes de apoio social.

Segundo Freire (1996), a construção do conhecimento ocorre por meio do diálogo e da interação entre diferentes saberes. Nessa perspectiva, a extensão universitária ultrapassa práticas meramente assistencialistas, promovendo a participação ativa da comunidade na construção de soluções para os problemas enfrentados em seu cotidiano. Quando direcionadas à população LGBTQIAPN+, essas ações fortalecem processos de inclusão social, autonomia e reconhecimento de direitos. Além disso, projetos de extensão voltados para a diversidade sexual e de gênero favorecem a disseminação de informações sobre cidadania, saúde, acesso às políticas públicas e enfrentamento da violência. Tais iniciativas possibilitam que pessoas LGBTQIAPN+ ampliem o conhecimento acerca de seus direitos e dos mecanismos institucionais disponíveis para sua proteção, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para o combate à desinformação.

Outro aspecto relevante refere-se à formação acadêmica dos estudantes envolvidos nas atividades extensionistas. O contato direto com as realidades sociais vivenciadas pela população LGBTQIAPN+ contribui para o desenvolvimento de uma postura ética, crítica e comprometida com os direitos humanos. Essa experiência amplia a compreensão acerca dos impactos das desigualdades sociais e favorece a construção de práticas profissionais mais inclusivas e sensíveis às diversidades humanas.

Nesse sentido, espaços como a Casa Florescer desempenham papel fundamental no acolhimento da população LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2023), a escuta qualificada constitui elemento essencial para a construção de práticas de cuidado éticas e humanizadas, favorecendo o fortalecimento dos vínculos entre profissionais e usuários. Dessa forma, a atuação em espaços de acolhimento contribui para reduzir a invisibilidade social e ampliar o acesso

às práticas de cuidado. De acordo com Lopes et al. (2023), o fortalecimento dos vínculos entre usuários e profissionais representa condição importante para melhorar o acesso ao acolhimento e aos serviços de saúde. No projeto de extensão realizado na Casa Florescer, foram desenvolvidas ações como rodas de conversa, acolhimento e distribuição de kits de higiene. Essas atividades possibilitam maior aproximação com a realidade das participantes e contribuíram para a promoção do autocuidado, da dignidade e da saúde mental. Conforme Ferreira e Nascimento (2022), a saúde integral da população LGBTQIAPN+ deve ser compreendida a partir dos princípios da universalidade, integralidade e equidade. Nesse sentido, ações extensionistas como as desenvolvidas na Casa Florescer dialogam diretamente com a necessidade de promover cuidado humanizado, acesso à informação e fortalecimento da cidadania. Além disso, aproximam a universidade da comunidade e possibilitam a aplicação do conhecimento acadêmico diante de demandas sociais concretas.

A relevância dessas iniciativas torna-se ainda mais evidente diante dos impactos produzidos pelo preconceito, pela violência e pela exclusão social na vida da população LGBTQIAPN+. Ao promover espaços de acolhimento, escuta, informação e fortalecimento de vínculos, os projetos de extensão contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais e para a ampliação do acesso à rede de proteção social. Assim, a idealização e o fortalecimento de projetos de extensão voltados à população LGBTQIAPN+ representam importantes estratégias de transformação social. Ao articular conhecimento acadêmico, compromisso ético e atuação comunitária, essas iniciativas contribuem para o enfrentamento das desigualdades sociais, para a promoção dos direitos humanos e para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e comprometida com a dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada ao longo deste trabalho permitiu compreender que a população LGBTQIAPN+ em situação de rua enfrenta múltiplas formas de vulnerabilidade que ultrapassam a ausência de moradia, estando profundamente relacionadas a processos históricos de discriminação, exclusão social e negação de direitos. As experiências de preconceito, violência e rejeição familiar constituem elementos centrais na trajetória de muitas dessas pessoas, contribuindo para a ruptura de vínculos afetivos e sociais e ampliando situações de fragilidade econômica, emocional e institucional.

A análise da literatura evidenciou que a condição de rua, quando associada às vivências LGBTQIAPN+, produz impactos ainda mais complexos sobre a vida dos indivíduos. Isso ocorre porque as desigualdades relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero frequentemente se articulam a outros marcadores sociais, como raça, classe social e acesso a direitos básicos, intensificando processos de marginalização e invisibilidade social. Nesse sentido, compreender essa realidade a partir de uma perspectiva interseccional mostrou-se fundamental para identificar como diferentes formas de opressão atuam simultaneamente

na produção das vulnerabilidades enfrentadas por essa população.

Outro aspecto relevante observado ao longo deste estudo refere-se aos impactos dessas experiências na saúde mental. A exposição contínua à discriminação, à violência e à exclusão social contribui significativamente para o sofrimento psíquico, favorecendo o desenvolvimento de sintomas de ansiedade, depressão, sentimentos de isolamento e, em alguns casos, ideação suicida. Tais dados reforçam a necessidade de reconhecer que o sofrimento vivenciado pela população LGBTQIAPN+ não pode ser compreendido apenas como uma questão individual, mas deve ser analisado a partir dos contextos sociais, culturais e institucionais que produzem e perpetuam desigualdades. Nesse contexto, o acesso à saúde e aos serviços de cuidado torna-se um importante desafio. Embora existam avanços no reconhecimento dos direitos da população LGBTQIAPN+, ainda persistem barreiras relacionadas ao preconceito institucional, à insuficiente qualificação profissional e às dificuldades de acolhimento nos serviços públicos. Essas limitações comprometem a efetivação dos princípios da universalidade, integralidade e equidade previstos nas políticas públicas de saúde, demonstrando a necessidade de investimentos contínuos na formação de profissionais e na construção de práticas mais inclusivas e humanizadas.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão comprometida com os direitos humanos, possui papel fundamental nesse processo. Ao reconhecer os impactos subjetivos produzidos pelas desigualdades sociais, a atuação psicológica pode contribuir para o fortalecimento da autonomia, da cidadania e do acesso aos direitos fundamentais. A escuta qualificada, o acolhimento e o compromisso ético com a diversidade constituem ferramentas essenciais para o enfrentamento das diversas formas de exclusão que atingem a população LGBTQIAPN+. Além disso, a atuação profissional deve estar alinhada à promoção de práticas que combatam a patologização das identidades sexuais e de gênero, reafirmando o respeito à pluralidade das experiências humanas. As reflexões desenvolvidas também evidenciaram a importância da extensão universitária como estratégia de promoção dos direitos humanos e aproximação entre universidade e sociedade. As ações extensionistas voltadas para a população LGBTQIAPN+ demonstram o potencial transformador da universidade na construção de espaços de acolhimento, informação e fortalecimento de vínculos sociais. Nesse sentido, experiências realizadas em instituições como a Casa Florescer mostram que iniciativas baseadas na escuta, no diálogo e no compartilhamento de saberes podem contribuir significativamente para a promoção da saúde, da dignidade e da cidadania.

Além dos benefícios produzidos junto à comunidade, a extensão universitária também representa um importante espaço formativo para estudantes e futuros profissionais. O contato com realidades marcadas por desigualdades sociais possibilita o desenvolvimento de uma postura crítica, ética e comprometida com a transformação social, fortalecendo

a compreensão acerca da diversidade humana e dos desafios relacionados à garantia de direitos. Por fim, conclui-se que a promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+ em situação de rua exige esforços coletivos e intersetoriais que envolvam o Estado, as instituições de ensino, os profissionais da saúde, os movimentos sociais e a sociedade como um todo. A ampliação das políticas públicas, o fortalecimento das redes de proteção social, a qualificação dos serviços de saúde e a promoção de ações educativas voltadas para o respeito à diversidade constituem medidas fundamentais para o enfrentamento das desigualdades ainda presentes. Dessa forma, a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática depende do reconhecimento da dignidade humana como princípio central e do compromisso permanente com a garantia dos direitos de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou condição social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

BARBOZA, Renato. O censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo: perfil das pessoas LGBTQIA+ e os desafios das políticas públicas de saúde. *Boletim do Instituto de Saúde*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 81-90, 2023. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/12/1518950/bis-24-1_artigo-10.pdf. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

CAMPOS, Dalvan Antonio de; CARDOSO, Heitor Mondardo; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. esp. 8, p. 79-90, 2019. DOI: 10.1590/0103-11042019S806.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+.

Brasília: CFP, 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 18 jun. 2026.

DAMACENO NETTO, José Vicente; RASERA, Emerson Fernando. O cuidado psicológico à população LGBTI+ em normativas profissionais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 24, e69698, 2024. DOI: 10.12957/epp.2024.69698.

DIAS, André Luiz Freitas et al. À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão

de travestis em situação de rua. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 214-233, 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202015000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 18 jun. 2026.

FERREIRA, Breno de Oliveira; NASCIMENTO, Marcos. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3825-3834, 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222710.06422022.

FRAGA, L. L. et al. Políticas públicas LGBTQIA+: perspectivas, desafios e conquistas no contexto brasileiro. *Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social*, Campinas, v. 3, e225831, 2022. DOI: 10.24220/2675-9160v3e2022a5831. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/direitoshumanos/article/view/5831/4676>. Acesso em: 18 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONTIJO, Giulia Camara e Silva et al. Saúde mental da população LGBTQIA+. *Revista Foco*, Curitiba, v. 17, n. 4, e4960, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n4-135.

GRUBBA, Leilane Serratine; RODRIGUES, Horacio Wanderlei. Direitos humanos e gênero para além dos direitos das mulheres: Nações Unidas e direitos LGBTQI+. *Revista Jurídica*, Curitiba, v. 3, n. 70, 2022. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/5991/371373939>. Acesso em: 18 jun. 2026

GUIMARÃES, Camila Mendonça; GUIMARÃES, Lorrana Dias; RIBEIRO, Manuela de Lucena; COSTA, Rosane de Albuquerque. Ideação suicida e tentativa de suicídio na população LGBTQIA+: uma revisão sistemática. In: EDITORA CIENTÍFICA DIGITAL. *Saúde mental e diversidade: perspectivas contemporâneas*. Guarujá: Editora Científica Digital, 2022. cap. 6, p. 84-101. DOI: 10.37885/220910285.

LISZEWSKI, William et al. Persons of nonbinary gender: awareness, visibility, and health disparities. *The New England Journal of Medicine*, Boston, v. 379, n. 25, p. 2391-2393, 2018.

LOPES, Rainer et al. Avaliação do acesso ao acolhimento à população LGBTQIA+ por parte dos profissionais de saúde de um Centro Municipal de Saúde no Rio de Janeiro. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 47, n. esp. 1, e9045, 2023. DOI: 10.1590/2358-28982023E19045P.

SALES, Julia Maria Rodrigues de; LOPES, Graciana de Sousa. Saúde mental na comunidade LGBTQIA+: uma revisão narrativa da literatura. *Revista Contemporânea*, v. 3, n. 12, p. 30720-30739, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N12-300.

CAPÍTULO VI

DIREITOS HUMANOS E TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO: ENTRE HERANÇAS HISTÓRICAS E DESAFIOS ATUAIS

Anna Luiza Da Silva Furtado
Davi Menezes Sales
Lucianna Borges Vieira
Michele Leidiane De Sousa Conceição
Myrla Estefany Rodrigues Belchior
Yasmin Viana Sousa Dos Santos
Caroline França Madeira
Cláudia Waleska de Lima Barros
Elyoneida Maria de Moraes Ávila
Nelma Pereira da Silva

Faculdade Laboro, MA

RESUMO

O trabalho análogo à escravidão constitui uma grave violação dos direitos humanos garantidos na Constituição Federal, especialmente no estado do Maranhão. Este artigo analisa a relação entre as heranças históricas da escravidão e a persistência de práticas contemporâneas de exploração do trabalhador, destacando os fatores socioeconômicos que contribuem para essa vulnerabilidade dos. Por meio de revisão bibliográfica e análise de dados buscados no Centro Histórico de São Luís do Maranhão sobre o combate ao trabalho escravo, busca-se compreender os desafios enfrentados na efetivação dos direitos humanos e das políticas públicas voltadas à erradicação dessa prática. Conclui-se que, apesar dos avanços legislativos e das ações de fiscalização, ainda existem obstáculos relacionados à desigualdade social, à pobreza e à fragilidade das condições de trabalho análogos à escravidão, exigindo esforços contínuos do Estado e da sociedade para garantir a dignidade humana e a proteção dos direitos humanos fundamentais.

Palavras-chave: Direitos humanos; Trabalho análogo à escravidão; Maranhão; Exploração do trabalho.

INTRODUÇÃO

Os direitos humanos constituem um conjunto de princípios e garantias fundamentais voltados à proteção da dignidade da pessoa humana, assegurando condições mínimas para o exercício da liberdade, da igualdade e da cidadania. Reconhecidos internacionalmente

por documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, esses direitos buscam garantir que todos os indivíduos tenham acesso a condições dignas de vida, independentemente de sua origem, condição social, raça, gênero ou nacionalidade. No âmbito das relações de trabalho, os direitos humanos manifestam-se por meio da proteção ao trabalho digno, da valorização do trabalhador e da garantia de condições laborais compatíveis com a preservação da integridade física, psicológica e social do indivíduo.

No Brasil, o direito ao trabalho digno encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que estabelece a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho como fundamentos da República. Além disso, o país é signatário de diversos tratados e convenções internacionais que visam combater práticas de exploração laboral e promover a proteção dos trabalhadores. Entretanto, apesar dos avanços legislativos e institucionais alcançados ao longo das últimas décadas, persistem formas graves de violação dos direitos humanos, entre as quais se destaca o trabalho em condições análogas à escravidão.

Embora a escravidão tenha sido oficialmente abolida no Brasil com a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, seus efeitos históricos continuam presentes nas estruturas econômicas e sociais do país. O legado de mais de três séculos de exploração da mão de obra escravizada contribuiu para a formação de profundas desigualdades sociais, que ainda hoje afetam milhões de brasileiros. Nesse contexto, fatores como pobreza, concentração de renda, exclusão social, baixa escolaridade e ausência de oportunidades de trabalho favorecem a vulnerabilidade de determinados grupos populacionais, tornando-os suscetíveis a diferentes formas de exploração laboral. O trabalho análogo à escravidão caracteriza-se pela submissão de trabalhadores a condições degradantes, jornadas exaustivas, servidão por dívida, restrição da liberdade de locomoção e outras práticas que atentam contra a dignidade humana. Conforme previsto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, tais situações configuram grave violação dos direitos fundamentais e representam uma afronta aos princípios democráticos e aos direitos humanos universalmente reconhecidos. Apesar dos esforços de fiscalização e combate realizados pelo Estado e por organizações da sociedade civil, milhares de trabalhadores ainda são resgatados anualmente em diferentes regiões do país. No estado do Maranhão, essa problemática assume relevância particular devido às condições históricas e socioeconômicas que caracterizam a região.

O estado apresenta índices significativos de vulnerabilidade social, o que contribui para a ocorrência de casos relacionados ao aliciamento e à exploração de trabalhadores em condições análogas à escravidão. Frequentemente, trabalhadores maranhenses, especialmente aqueles provenientes de áreas rurais e de comunidades socialmente fragilizadas, são atraídos por falsas promessas de emprego e melhores condições de vida, sendo posteriormente submetidos a situações de exploração em atividades como pecuária, agricultura, carvoarias e construção civil, tanto dentro quanto fora do estado.

A permanência desse fenômeno evidencia que a abolição formal da escravidão não foi suficiente para eliminar as desigualdades estruturais herdadas do período escravocrata.

Nesse sentido, compreender a relação entre passado e presente torna-se fundamental para analisar como determinadas práticas de exploração se mantêm e se reinventam nas relações de trabalho contemporâneas. O trabalho análogo à escravidão deve ser entendido não apenas como uma questão jurídica ou trabalhista, mas também como um problema social, econômico e de direitos humanos que demanda ações integradas de prevenção, fiscalização, conscientização e promoção da cidadania. A relevância desta temática para o projeto de extensão universitária está diretamente relacionada ao compromisso social da universidade com a formação crítica dos estudantes e com a promoção dos direitos humanos. Ao abordar o trabalho análogo à escravidão no Maranhão, busca-se ampliar o conhecimento sobre as raízes históricas desse problema, estimular reflexões acerca das desigualdades sociais que favorecem sua perpetuação e promover o debate sobre estratégias de enfrentamento e proteção dos trabalhadores. Além disso, a extensão universitária desempenha papel essencial na aproximação entre conhecimento acadêmico e realidade social. Por meio de ações educativas, palestras, campanhas de conscientização e atividades voltadas à comunidade, torna-se possível disseminar informações sobre direitos trabalhistas e direitos humanos, fortalecendo a capacidade de prevenção e denúncia de situações de exploração. Dessa forma, a universidade contribui para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com a defesa da dignidade humana. Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo discutir a relação entre direitos humanos e trabalho análogo à escravidão no Maranhão, analisando suas raízes históricas, suas manifestações contemporâneas e os desafios enfrentados no combate a essa prática. Busca-se, ainda, evidenciar a importância da educação em direitos humanos e das ações extensionistas como instrumentos de transformação social e promoção da cidadania.

DESENVOLVIMENTO

2.1 Direitos Humanos e a proteção da dignidade do trabalhador

Os direitos humanos constituem um conjunto de garantias fundamentais destinadas à proteção da dignidade da pessoa humana. De acordo com Bobbio (2004), esses direitos são resultado de um processo histórico marcado por lutas sociais em busca de liberdade, igualdade e justiça. Dessa forma, sua efetivação depende não apenas do reconhecimento legal, mas também da implementação de mecanismos capazes de assegurar sua aplicação na realidade social.

No âmbito das relações de trabalho, os direitos humanos estão diretamente associados à garantia de condições dignas de emprego, remuneração adequada, segurança,

saúde e respeito à integridade física e psicológica dos trabalhadores. Segundo Sarlet (2015), a dignidade da pessoa humana representa um dos fundamentos centrais do Estado Democrático de Direito, servindo como base para a interpretação e proteção dos direitos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988 reforça essa perspectiva ao estabelecer a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e ao reconhecer os valores sociais do trabalho como elementos essenciais para a construção de uma sociedade justa e democrática (BRASIL, 1988). Nesse contexto, o trabalho deve ser compreendido não apenas como fonte de renda, mas também como instrumento de inclusão social, desenvolvimento pessoal e exercício da cidadania. Entretanto, quando realizado em condições degradantes ou coercitivas, o trabalho deixa de cumprir sua função social e passa a representar uma grave violação dos direitos humanos. Assim, a garantia de condições dignas de trabalho torna-se fundamental para a promoção da justiça social e da valorização da pessoa humana. A proteção dos direitos humanos no ambiente de trabalho também envolve a garantia de princípios como igualdade, não discriminação e respeito às condições necessárias para uma vida digna. Dessa forma, o trabalhador não deve ser visto apenas como uma força produtiva, mas como sujeito de direitos. A violação desses direitos ocorre quando interesses econômicos passam a se sobrepor à dignidade humana, criando situações de exploração e desproteção social.

2.2 A escravidão no Brasil e suas heranças históricas

Para compreender a existência do trabalho análogo à escravidão na atualidade, é necessário analisar o processo histórico de formação da sociedade brasileira. Durante mais de três séculos, a economia do país esteve baseada na exploração da mão de obra escravizada, principalmente de povos africanos trazidos à força para o território nacional.

Segundo Schwarcz e Starling (2015), a escravidão constituiu uma das principais estruturas da sociedade brasileira, influenciando profundamente as relações econômicas, políticas e sociais. Mesmo após a promulgação da Lei Áurea, em 1888, os ex-escravizados não receberam condições adequadas de inclusão social, acesso à educação, oportunidades de trabalho ou distribuição de terras. De acordo com Moura (2019), a exclusão social produzida após a abolição contribuiu para a manutenção de desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Muitos grupos historicamente marginalizados continuaram expostos a situações de pobreza, vulnerabilidade social e exploração do trabalho. Nesse sentido, Fernandes (2008) afirma que a abolição representou uma conquista jurídica importante, mas não promoveu transformações suficientes para eliminar as estruturas de desigualdade construídas ao longo do período escravista. Como consequência, formas contemporâneas

de exploração do trabalho continuam sendo identificadas em diferentes regiões do país.

As marcas deixadas pelo período escravista podem ser percebidas na permanência de desigualdades sociais e na dificuldade de determinados grupos acessarem melhores condições de trabalho. A herança histórica da escravidão contribuiu para a naturalização de relações de exploração em alguns contextos, tornando necessário compreender o trabalho análogo à escravidão como um fenômeno relacionado não apenas ao presente, mas também às estruturas sociais construídas ao longo da história brasileira.

2.3 O trabalho análogo à escravidão na contemporaneidade

O trabalho análogo à escravidão é considerado uma das mais graves violações dos direitos humanos na sociedade contemporânea. No Brasil, sua definição jurídica está prevista no artigo 149 do Código Penal, que caracteriza essa prática pela submissão de trabalhadores a jornadas exaustivas, condições degradantes de trabalho, servidão por dívida ou restrição da liberdade de locomoção em razão de dívidas contraídas com o empregador (BRASIL, 1940). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022), a escravidão contemporânea diferencia-se da escravidão tradicional por não envolver necessariamente a posse legal de pessoas, mas sim mecanismos de coerção, exploração econômica e violação de direitos fundamentais. Em muitos casos, trabalhadores são atraídos por falsas promessas de emprego e melhores condições de vida. Ao chegarem ao local de trabalho, encontram alojamentos precários, alimentação inadequada, ausência de água potável, falta de equipamentos de proteção e jornadas excessivas. Além disso, despesas com transporte, alimentação e hospedagem frequentemente são transformadas em dívidas, dificultando que os trabalhadores deixem o local de trabalho.

Nos últimos anos, diversas operações de fiscalização revelaram casos de trabalho análogo à escravidão em atividades rurais, construção civil, mineração e trabalho doméstico. Em 2023, mais de 300 trabalhadores foram resgatados de vinícolas na Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, em uma das maiores operações já registradas no país. Casos semelhantes também foram identificados em fazendas de café em Minas Gerais e em garimpos localizados na região amazônica. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego demonstram que mais de três mil trabalhadores foram resgatados de situações análogas à escravidão em 2023, evidenciando a permanência desse problema social. Tais números reforçam a necessidade de políticas públicas, fiscalização contínua e ações educativas voltadas à prevenção e ao combate dessa prática.

Outro aspecto importante é que o trabalho análogo à escravidão nem sempre ocorre por meio de violência física evidente. Muitas vezes, a exploração acontece através de ameaças,

isolamento, dependência econômica e manipulação das necessidades do trabalhador. Por esse motivo, o enfrentamento dessa prática exige uma compreensão ampla das formas de controle utilizadas pelos exploradores. Além da responsabilização dos empregadores envolvidos, é fundamental garantir assistência às vítimas após o resgate, possibilitando sua reinserção social e evitando que retorne a situações semelhantes de vulnerabilidade.

2.4 O Maranhão e a vulnerabilidade ao trabalho escravo

O Maranhão ocupa posição de destaque nas discussões sobre trabalho análogo à escravidão devido às condições socioeconômicas que historicamente afetam parcela significativa de sua população. Fatores como pobreza, desigualdade social, baixa escolaridade e escassez de oportunidades de emprego contribuem para aumentar a vulnerabilidade de trabalhadores ao aliciamento e à exploração laboral. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2023), muitos trabalhadores maranhenses são recrutados para atividades em outros estados brasileiros, principalmente nos setores da agropecuária, produção de carvão vegetal, construção civil e extração de recursos naturais. Frequentemente, as promessas de bons salários e melhores condições de vida ocultam situações de exploração e desrespeito aos direitos trabalhistas. Além dos fatores econômicos, o desconhecimento sobre direitos trabalhistas e a dificuldade de acesso aos mecanismos de proteção social ampliam os riscos de exploração. Dessa forma, o enfrentamento do problema exige ações articuladas entre fiscalização, educação, geração de renda e fortalecimento das políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais.

A realidade maranhense demonstra que o combate ao trabalho escravo contemporâneo está diretamente relacionado à redução das desigualdades sociais. A criação de oportunidades de emprego, o acesso à educação e o fortalecimento das comunidades vulneráveis são estratégias essenciais para diminuir a dependência de propostas de trabalho fraudulentas. Nesse sentido, políticas públicas voltadas para qualificação profissional e inclusão social podem atuar como mecanismos preventivos, pois ampliam as possibilidades de escolha dos trabalhadores e reduzem sua exposição a situações de exploração.

2.5 A importância da educação em direitos humanos e da extensão universitária

A educação em direitos humanos representa uma importante ferramenta para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com a valorização da dignidade humana. Conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a formação cidadã deve promover valores como igualdade, respeito, solidariedade e participação social. Nesse contexto, as universidades desempenham papel fundamental

na produção de conhecimento e na promoção de ações voltadas à transformação social. Por meio da extensão universitária, torna-se possível aproximar a comunidade acadêmica das demandas reais da população, contribuindo para a conscientização sobre problemas sociais relevantes, como o trabalho análogo à escravidão. As ações extensionistas podem incluir palestras, campanhas educativas, oficinas, rodas de conversa e distribuição de materiais informativos sobre direitos trabalhistas e canais de denúncia. Essas iniciativas ampliam o acesso à informação e fortalecem a capacidade da população de identificar e combater situações de exploração. A universidade, enquanto espaço de produção de conhecimento, possui responsabilidade social na construção de respostas para problemas que afetam a sociedade. A extensão permite que o conhecimento acadêmico ultrapasse os limites da sala de aula, alcançando comunidades e contribuindo para mudanças concretas. Dessa maneira, projetos voltados aos direitos humanos possibilitam não apenas informar a população, mas também formar estudantes mais conscientes sobre seu papel profissional e social na defesa da dignidade humana. Como destaca a Organização Internacional do Trabalho, o trabalho forçado e a escravidão moderna representam uma negação da dignidade humana e dos direitos fundamentais. Dessa forma, a educação e a conscientização social tornam-se instrumentos essenciais para a prevenção dessas violações e para a promoção de uma cultura baseada no respeito aos direitos humanos.

CONCLUSÃO

O trabalho análogo à escravidão é uma grave violação dos direitos humanos e ocorre quando trabalhadores são submetidos a condições que ferem sua dignidade e liberdade. De acordo com a legislação brasileira, essa prática pode ser caracterizada pela submissão a jornadas exaustivas, condições degradantes de trabalho, servidão por dívida ou restrição da liberdade de locomoção do trabalhador. A discussão sobre o trabalho análogo à escravidão no Maranhão evidencia que a abolição formal da escravidão não foi suficiente para eliminar as desigualdades historicamente construídas ao longo de séculos de exploração. Embora tenha representado um marco jurídico fundamental, a ruptura promovida em 1888 não foi acompanhada por transformações sociais capazes de garantir inclusão, cidadania e acesso efetivo a direitos para a população historicamente marginalizada. Como consequência, muitas das vulnerabilidades produzidas nesse processo permanecem presentes e continuam favorecendo diferentes formas de exploração do trabalho.

Nesse sentido, compreender o trabalho análogo à escravidão exige olhar para além de sua dimensão legal. As manifestações contemporâneas desse fenômeno estão diretamente relacionadas à pobreza, à exclusão social, à concentração de renda e à ausência de oportunidades, fatores que limitam o exercício pleno dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana. Dessa forma, a exploração laboral observada na atualidade

não pode ser entendida como um resquício isolado do passado, mas como a continuidade de estruturas sociais que ainda produzem desigualdades e mantêm grupos inteiros em situação de vulnerabilidade.

As ações extensionistas desenvolvidas permitiram aproximar essa discussão da comunidade, ampliando o acesso à informação e incentivando reflexões sobre direitos humanos, direitos trabalhistas e cidadania. Os resultados obtidos durante a pesquisa de campo evidenciaram que parcela significativa dos participantes possuía conhecimento limitado acerca de seus direitos trabalhistas, reforçando a importância de iniciativas educativas voltadas à conscientização e à prevenção de situações de exploração. Mais do que difundir conhecimento, a experiência evidenciou a importância de criar espaços de diálogo capazes de tornar visíveis realidades que, muitas vezes, permanecem naturalizadas ou invisibilizadas no cotidiano social. Ao promover a conscientização sobre formas de exploração laboral e sobre os mecanismos de proteção existentes, as atividades realizadas contribuíram para fortalecer o exercício da cidadania e estimular uma participação social mais ativa na defesa dos direitos fundamentais. Além disso, a experiência reforçou a relevância da extensão universitária como instrumento de transformação social, ao aproximar o conhecimento acadêmico das demandas concretas da população. A interação entre universidade e comunidade possibilitou não apenas a circulação de informações, mas também a construção de uma compreensão mais crítica acerca das desigualdades que sustentam a permanência do trabalho análogo à escravidão.

Nesse processo, a educação em direitos humanos mostrou-se uma ferramenta essencial para a prevenção de violações, para o fortalecimento da consciência cidadã e para a promoção do respeito à dignidade humana. Conclui-se, portanto, que o enfrentamento do trabalho análogo à escravidão demanda não apenas ações de fiscalização e responsabilização dos exploradores, mas também políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais, à ampliação do acesso à educação e à promoção de oportunidades de trabalho digno. Nesse contexto, a extensão universitária e a educação em direitos humanos reafirmam seu papel como instrumentos de transformação social. Afinal, combater as formas contemporâneas de exploração significa avançar em um processo histórico ainda inacabado: transformar a liberdade garantida pela lei em uma realidade efetivamente vivida por todos.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. **“A era dos direitos”**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho forçado e escravidão moderna**. Genebra: OIT, 2022.
- ROSÁRIO, Thiago Silva do. **A Escravidão Urbana em São Luís-MA: Trabalho e Vida Cotidiana**. 2022.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015



LABORO
ENSINO DE EXCELÊNCIA